



1290001166



FE

TCC/UNICAMP F413e

ANDRÉA CRISTINA FERREIRA

“A ESCOLA PÚBLICA DE ‘MEMNINAS’ EM CARAGUATATUBA, SP – NA
PRIMEIRA REPÚBLICA”

CAMPINAS, SP

2003

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE.....FE.....
Nº CHAMADA:
TCC/unicamp
F4132
V:.....EX:.....
TOMBO: 1166
PROC.: 117104
C:.....D: X
PREÇO: 11,00
DATA: 17/02/04
Nº CPD: 116-12

320188

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

F413e Ferreira, Andréa Cristina.
A escola pública de "memninas" em Caraguatatuba na Primeira República /
Andréa Cristina Ferreira. – Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : José Claudinei Lombardi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação feminina. 2. Escolas públicas. 3. Educação - História.
I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

03-0217-BFE

ANDRÉA CRISTINA FERREIRA

“A ESCOLA PÚBLICA DE ‘MEMNINAS’ EM CARAGUATATUBA, SP – NA
PRIMEIRA REPÚBLICA”

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para a
conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade
de Educação UNICAMP, sob a orientação do
Prof. José Claudinei Lombardi.

CAMPINAS, SP

2003

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jurandyr e Ana Maria, ao meu filho Felipe e às minhas irmãs, pela paciência e apoio que me dedicaram em todo o tempo de minha graduação.

Agradeço, também, aos funcionários do APMC (Arquivo Público do Município de Caraguatatuba), em especial à Luzia, pela empolgação com a qual me ajudaram a resgatar os documentos necessários à minha pesquisa.

Também estou grata às minhas colegas de curso, que sempre me incentivaram, principalmente à Jussara que me ajudou a decidir o meu TCC e à Sandreilane, que, me ajudou a concretizá-lo.

Agradeço ao professor Renê, por partilharmos da convicção sobre o educar para a cidadania na intenção da construção de uma nova história e pela leitura que fez deste trabalho.

E de uma forma mais especial, agradeço ao Prof. José Claudinei Lombardi, o “Zézo” que, além de me orientar neste trabalho, esteve sempre presente, disposto a me ajudar e incentivar no momento presente e para momentos futuros.

Não quero só agradecer ao “Zézo”, mas quero deixar registrado que ele, com a sua concepção diferenciada de TCC, conseguiu fazer, para mim, que este trabalho não fosse apenas uma “obrigação”, mas sim, uma forma de apaixonar-me pela pesquisa.

Muito obrigada!

“A difícil Revolução da Mulher sem agressividade, ela que foi tão agredida. Uma revolução sem imitar a linha machista na ansiosa vontade de afirmação e de poder mas uma luta com maior generosidade, digamos. (...)”

Não perder a doçura nem o humor e se falei na Igreja devo falar em Jesus que em toda a sua vida e mesmo depois dessa vida terrestre foi quem defendeu a mulher. A começar por aquela pecadora que lhe lavou os pés e os enxugou com os longos cabelos. E a quem esse Jesus apareceu primeira vez depois da Ressurreição? Segundo o Evangelho de São Matheus, foi para duas mulheres que Ele se mostrou na madrugada gloriosa, Maria Magdalena e a outra Maria, mãe de Tiago, foi para ambas que Ele abriu os braços, Salve!.”

LYGIA FAGUNDES TELLES

(TELLES, L. F.. **Mulher, Mulheres**. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, 4ed: contexto, 2001, p 672.)

SUMÁRIO

RESUMO	8
INTRODUÇÃO	9
I. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL	15
1. OS MOVIMENTOS DE MULHERES E O FEMINISMO NO BRASIL.....	29
II. O MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA	36
III. A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CARAGUATATUBA.....	44
1. A ESCOLA PÚBLICA DE ‘MEMNINAS’ DE CARAGUATATUBA.....	51
CONCLUSÃO	61
IV. BIBLIOGRAFIA	63

RESUMO

O presente trabalho teve como intuito contribuir para a reconstituição da história da educação pública feminina, realizando uma pesquisa sobre a Escola Pública de ‘Memninas’(*sic*) do município de Caraguatatuba.

Os registros encontrados e os relatos de moradores antigos apontaram que esta escola ficou ativa durante o período que vai de 1895 a 1930.

Por não se tratar de uma tese a ser defendida, esta pesquisa traz apenas um levantamento do que foi a “Escola das Meninas” para Caraguatatuba. Sendo assim, aqui não serão apresentadas conclusões fechadas, mas sim, apontamentos de possibilidades para uma pesquisa mais aprofundada.

INTRODUÇÃO

Ter que escrever um TCC como requisito para se conquistar o diploma é uma tarefa de tirar o sono de qualquer graduando. Sobre o quê, como,...enfim, encontrar dentro de tantos assuntos um que seja realmente relevante, que mereça atenção e que venha a ser reconhecido pelos leitores, são questões perturbadoras, que causam insegurança...

No começo do 2º semestre de 2002 eu acreditava que não estaria apta para escrever. Pensava que conseguiria no máximo iniciar uma pesquisa, pois achava que tudo estava muito solto e que o prazo de um ano não seria suficiente para que eu “amarrasse” minhas idéias. Imaginava que só dependendo de muito tempo algo sério, e não “qualquer trabalho” poderia se concretizar como um trabalho final. No entanto, após o contato com as teorias de pesquisa e a orientação da Professora Ivany, que ministrou a disciplina EP 144 neste período, percebi que quando bem problematizada uma temática, chegamos a um objeto claro, exequível e com total pertinência.

Quando iniciei a disciplina EP 144 tinha a idéia de que parte dos fantasmas que rondavam a minha cabeça iriam embora... Belo engano o meu! Aos que já habitavam o meu “sótão”, se juntaram mais alguns...

O que eram duvidas passaram a ser certezas... A pesquisa é algo sério e quem possui um mínimo de consciência disso, não pode se contentar em escrever “qualquer coisa”, só para conseguir o diploma.

Então, resolvi elaborar um projeto sobre o tema que pretendia trabalhar e como eu cheguei a ele, a fim de ir definindo o meu norte.

Pensei, num primeiro momento, que uma pesquisa histórica, fosse algo simples, pois, após tomar contato com publicações de divulgação, essa foi a impressão com que fiquei.

Com efeito, a pesquisa aparece como idealizada e imagina-se que todas as fontes necessárias estarão disponíveis (ou que pelo menos existam, como deixam transparecer as publicações comerciais) e então, vai-se a campo, fazer o levantamento do dados.

É nesse momento que se percebe o quão imaginativa é a história.

Imaginativa sim. O contexto da história geral, local e pessoal do qual o historiador participa dão a cor do seu texto.

No meu caso, desde que nasci alimento uma paixão especial pela cidade de Caraguatatuba, paixão que herdei de meus pais (mais de meu pai). O fato de ser

veranista desta cidade, ou seja, estar longe e perto de sua constituição, aguçou minha curiosidade em querer conhecer os porquês, quando, como, onde, por quem, para quem e as relações historicamente dadas, que trouxeram consigo a configuração da cidade.

Entre tantas outras características pitorescas de Caraguá estava o sistema educacional, que, a meu ver, deveria ter se constituído de forma muito penosa, pois até pouco tempo a cidade não contava com nenhuma escola para a formação de professores.

Como qualquer outro turista/veranista de Caraguá eu também gostava (e ainda gosto) de passear na “pracinha”, a atual Praça Doutor Cândido Mota, no centro da cidade.

Esta praça lembra as pracinhas de pequenas cidades do interior do estado, circundadas por edificações importantes para a sociedade, tal como uma igreja (Igreja Matriz de Santo Antônio), uma escola (O Grupo Escolar Adaly Coelho Passos, onde hoje é o Arquivo Público Municipal), um obelisco (da Torneira), um coreto (onde até hoje são realizadas as retretas), um relógio de sol e uma fonte luminosa (que hoje é também musical).

A mim sempre chamou a atenção o prédio do grupo escolar devido às constantes reformas que sofreu, desviando minha atenção das mudanças que aconteciam nos outros prédios, como o da igreja matriz, por exemplo.

Em 2002 o prédio do antigo Grupo Escolar, depois de anos de reforma, foi reinaugurado como o APMC (Arquivo Público do Município de Caraguatatuba), oportunidade em que foi distribuído um folder contendo um breve histórico da cidade, que eu guardei como relíquia .

Na terceira linha do terceiro parágrafo deste histórico li que na “pracinha”, até a década de trinta do século XX, funcionou uma escola pública feminina.

A constatação deste dado é que me fez pensar em direcionar o meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) para a história desta escola, atentando para questões como:

- Quem havia sido o dono do local onde a escola funcionava?
- O que era antes de ser escola?
- Por que e quando surgiu a escola?
- A quem atendia? Qual a faixa etária das alunas e por quanto tempo permaneciam na escola?
- Qual era a grade curricular?

- Como estava constituída a cidade naquela época, de forma a necessitar de tal escola?
- Quais (e quem) eram os poderes dominantes?
- Por que fechou? Quando?
- O que surgiu no lugar?
- Onde as moças passaram a estudar?

Tão feliz eu fiquei ao ver minha idéia sendo abraçada pelo professor Zézo (José Claudinei Lombardi, professor doutor da Faculdade de Educação, do Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas) que nem esperei o início do ano letivo de 2003 para iniciar minha pesquisa. Durante minhas férias de verão em Caraguá. Deixei de “curtir” dias de muito sol e muita diversão junto a colegas que só lá encontro, para passar horas dentro do arquivo municipal, da biblioteca do FUNDACC (Fundação Cultural de Caraguatatuba) e da biblioteca da Faculdade Módulo. Fui também ao município de São Sebastião, do qual Caraguatatuba era distrito, buscar informações sobre meu objeto de pesquisa no arquivo e na biblioteca. Lá não me demorei muito, pois, toda documentação antiga, que não pertencia ao município de São Sebastião, fora enviada ao arquivo da cidade de São Paulo.

Esse meu “retiro acadêmico” foi muito compensador, pois, para encontrar alguma citação sobre a educação de Caraguá, tive que ler muita coisa sobre a cidade, seu povo, seus costumes, enfim, sua história, muito marcada pela economia pesqueira e turística.

Toda a história mais antiga da cidade é costurada às fotos, artigos de jornais e revistas, documentos avulsos e objetos diversos, por relatos dos moradores mais antigos.

Nesses relatos recolhidos, seja por entrevistas ou depoimentos espontâneos, orais ou por escrito, essas pessoas contam, onde existiam escolas, quem eram os professores e qual a importância dessas pessoas e dessas escolas para a construção da cidade.

Mostrando a escola pública feminina, percebe-se que o prédio onde ela funcionava, tinha a arquitetura mais imponente da rua.

Em outras fotos, que retratavam as alunas de 1919, é mostrada a sua importância para a cidade, visto que elas estavam recepcionando, de frente à escola, Altino Arantes, o “Presidente” do Estado de São Paulo na ocasião.

Depois disso, a escola fechou. Passou a existir a escola Reunidas, durante a década de 20, situada na Avenida da Praia, onde hoje é o estacionamento do Hotel Atlântico Sul.

Pelo decreto de 11/04/1933, esta escola passou a ser, o Grupo Escolar, instalado em 25/04/1933, tendo como primeiro diretor o professor Jorge Passos.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivos básicos:

- Resgatar a história da “Escola Pública de **Memninas**” do Município de Caraguatatuba;
- Apontar quais foram as relações de poder que determinaram a sua criação e extinção;
- Configurar o público que a freqüentava.

O PROBLEMA DA PESQUISA

Oliveira (1984) destaca, em relação ao problema da pesquisa, que desde sua primeira etapa, o pesquisador recebe influência do meio em que está inserido.

Foi exatamente assim que escolhi o tema acima apresentado, ou seja, influenciada pela conscientização sobre as dinâmicas sociais que apontam em direção à opressão feminina.

A colocação do problema foi que direcionou o tipo de pesquisa que a fazer, dentre vários procedimentos metodológicos: observação direta, indireta, relato verbal direto ou indireto (oral ou escrito) ou análise de documentos, além da forma como se deu a coleta dos dados, ou seja, delimitado o problema a ser pesquisado, a direção tomada, foi para a pesquisa documental.

PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa documental é inovadora no sentido que possibilita contribuições para o estudo do tema escolhido.

Assim, pretendo, através da análise de livros, documentos e também de depoimentos de moradores antigos da cidade, trazer alguma contribuição, mesmo que sob a forma de novos questionamentos, para a elucidação do tema deste trabalho.

Conforme sugere Luna (2000) a pesquisa qualitativa requer fundamentação teórica no sentido de haver subsídios para a análise dos dados coletados, além “do compromisso do pesquisador com a transparência das transformações efetuadas nas informações” (Luna, 2000:68).

Foi com esse intuito que, antes de começar a analisar o material coletado, fiz uma retomada histórica das concepções filosóficas que estavam presentes no conceito de educação feminina.

A pesquisa aconteceu da seguinte maneira:

a) Levantamento Preliminar de dados

O levantamento preliminar de dados, foi realizado em quatro etapas. Na primeira busquei informações sobre a temática escolhida. Após esta consulta, selecionei os documentos encontrados. A terceira fase foi uma consulta ao terminal de busca do SBU (Sistema de Biblioteca da Unicamp), para aquisição de informações sobre trabalhos publicados acerca do tema, por último procedi a organização dos dados em categorias, utilizando uma planilha.

b) Coleta de Dados: o instrumento de pesquisa

Como o meu objetivo principal era resgatar a história da “Escola Pública de **Memninas**” do Município de Caraguatatuba e apontar quais foram as relações de poder que determinaram a sua criação e extinção, tentando configurar o público que a freqüentava, fez-se necessário uma pesquisa documental.

A pesquisa documental é aquela

“cujos objetivos ou hipóteses podem ser verificados através da análise de documentos bibliográficos ou não-bibliográficos

requerendo metodologia (coleta, organização, análise de dados) compatíveis com os mesmos. Nesse sentido, não se confunde com busca da informação nem com levantamento bibliográfico ou revisão da literatura'' (Castro, 1977 apud Witter, 1990:11).

Como a pesquisa documental tem por característica restringir-se a documentos como fonte de dados, é importante esclarecer que esses documentos podem ser classificados em impressos (bibliográficos) e não impressos (não-bibliográficos), sendo que essas duas categorias compreendem duas subcategorias de acordo com as variáveis tempo e conteúdo informacional, ou seja, periodicidade e conteúdo. (Salazar, 1977 apud Witter, 1990:26)

De acordo com Marconi & Laktos, entre os documentos bibliográficos estão dissertações e teses, que são caracterizados como não-periódicos e fontes primárias de informação.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

A análise das informações e dos documentos coletados, foi realizada à luz das referências definidas pela literatura e cujo estudo também faziam parte dos meus objetivos de pesquisa.

A procura por referências teóricas em história da educação para o embasamento analítico precedeu o início da coleta de material, na tentativa de estabelecer coerência ao analisar materiais de diferentes procedências.

Depois do levantamento documental, houve o cruzamento dos dados com os referências teóricas já estabelecidos de modo que a história da educação feminina de Caraguatatuba foi inserida no contexto histórico mais amplo, isto é, na história da educação no Brasil.

Faz-se importante ressaltar que, quando falo em história da escola, não me refiro ao período que vai da data de sua fundação até o encerramento de suas atividades, mas ao período do qual encontrei registros referentes ao seu funcionamento.

Sendo assim, fica reservada a estudos futuros a busca por mais documentação, que venha aprimorar a pesquisa aqui iniciada.

I. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL

Quando o Brasil começou a ser colonizado, os homens vinham para cá sozinhos, deixando suas famílias em Portugal. Essa situação propiciava o relacionamento dos colonizadores com as negras escravas e com as nativas, dando espaço ao surgimento dos mestiços.

A Coroa Portuguesa, então, para acabar com o “problema” da mestiçagem, visto que a cor da pele era um fator discriminatório, começou a enviar para o Brasil, mulheres brancas, Européias, a fim de “limpar o sangue” da população que começava a se formar na colônia, e, com isso formar uma população branca.

Nesse período, quando a base econômica e social, bem como o poder político, estavam com os grandes proprietários de terras, nas quais se praticava a monocultura através do trabalho escravo.

“Gilberto Freyre, precursor dos estudos sobre a formação da família patriarcal no Brasil, descreve essa família como um grupo extenso, formado pelo patriarca, sua mulher e concubinas e vasta rede de parentesco. Constitui, segundo esse autor, e de um modo geral, um grupo organizado de forma hierárquica, com a dominação do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher e do adulto sobre a criança. ‘... A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres’.” (LOPES, 1997:18)

No entanto, o interesse dos homens e das mulheres era coincidente. A supremacia masculina advinda da estrutura patriarcal aparecia somente quando era preciso, pois, para atender os interesses da classe a qual pertenciam, várias mulheres tomavam a frente de suas propriedades, como aconteceu nas Capitânicas de São Vicente e Pernambuco, que foram governadas por mulheres.

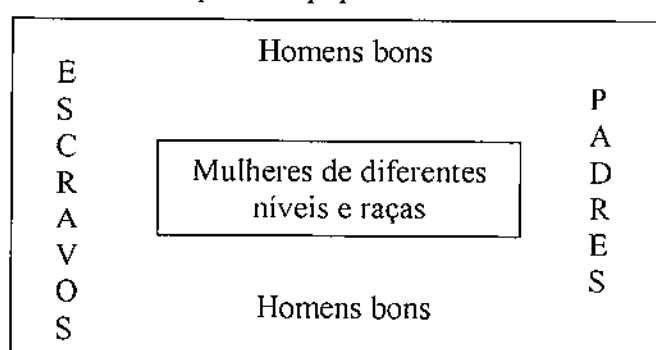
Mesmo que informalmente, aos poucos as mulheres iam ocupando o lugar dos homens, quando estes se ausentavam. E, ao cumprir tão bem o papel que antes era só deles, passaram a deter os conhecimentos necessários para administração de suas propriedades.

Assim, para manter a hegemonia da classe dominante, a relação homem-mulher no Brasil-Colônia foi se alterando, dando mais espaço às mulheres.

Como o motivo da colonização era o lucro, o único tipo de educação que acontecia era a jesuítica, voltada para o enquadramento dos nativos aos interesses da metrópole e também para a expansão da religião para os filhos de proprietários rurais.

Pela influência dos mouros, os portugueses tinham a idéia de reclusão da mulher, fazendo com que a sua vida social se resumisse à casa e à igreja. Assim, para uma mulher conseguir uma posição social notável, a opção era entrar para um convento. Para àquelas que não podiam fazer isso, pois, para tanto, havia que pagar um grande dote, a igreja era o único local público onde podiam circular, vendo as modas, namorando às escondidas ou acessando as notícias veiculadas.

“(...)No livro de Hoornaert existe uma descrição dos lugares ocupados pela população nos dias de missa, e na sua disposição percebe-se a hierarquia dos papéis da colônia:



Nessa disposição as mulheres ficavam ‘agachadas ou ajoelhadas’ num plano mais baixo que os recintos laterais. Apesar de estarem misturadas com as escravas, cada uma tinha uma posição a ocupar. Os homens ‘bons’ ocupavam as laterais, num plano mais elevado. Eram eles os proprietários de terras, que ‘ficam em pé, simbolizando assim sua posição característica, tanto diante do clero como diante das Mulheres e dos escravos... Esses, por último, ficavam também em pé, no fundo da igreja, quase na porta, ‘espiando os santos’, como o povo diz até hoje’.”

(HOORNAERT, apud RIBEIRO, 1997:69)

No Brasil, como em Portugal, a educação formal para as mulheres era considerada uma heresia social.

“Um exemplo dessa época, é o do poeta português, Gonçalo Trancoso, que afirmava que a mulher não tinha necessidade de ler e escrever e, se possível, não deveria falar. ‘Afirmo que é bom aquele refrão que diz: a mulher honrada sempre deve ser calada’. Também o seu abecedário moral contém implícito o padrão de comportamento de uma dama dentro da sociedade tanto portuguesa como colonial. Sua obra foi muito apreciada durante o período, o que revela a importância da literatura como veículo de transmissão de uma ideologia dominante. Esse abecedário moral foi apresentado em forma de uma carta a uma dama que gostaria de aprender ler. Observe:

“Senhora. Agora me deram um recado da parte de Vossa Mercê, em que me pedia lhe mandasse um ABC feito de minha mão, que queria aprender a leer porque se acha triste quando ve senhoras de sua qualidade, que na igreja rezam por livros e ela não. Folguo que deseje saber leer pera rezar por livros, que é bom; porém, já que não aprendeu na meninice em casa do senhor seu pai com suas irmãs, deve agora contentarse com as contas (do rosário), pois não sabe leer, pois já é casada e passa de vinte anos de idade. Porém se este conselho não lhe parece bom ou se a não satisfaz, por obedecer a seu rogo lhe mando aqui com esta um abecedário que Vossa Mercê aprenda de cor, o qual é que:

A - quero dizer que seja amiga da sua casa;

B - benquistado na vizinhança;

C - caridosa para com os pobres;

D - devota da Virgem;

E - entendida no seu ofício;

F - firme na fé;

G - guardadeira de sua fazenda;

H - humilde a seu marido;

I - inimiga de mexerico;

L - lial;

M - mansa;

N - nobre;
O - onesta;
P - prudente;
Q - quieta;
R - regrada;
S - sizada;
T - trabalhadeira;
V - virtuosa;
X - xã (simples);
Z - zelosa da honra.

Quando tiver tudo isto anexo a si, que lhe fique próprio, creia que sabe mais letras que todos os filósofos. Confio em Vossa Mercê que o experimentará e achará certo”.

Ao analisar os significados correspondentes das letras desse abecedário, pude obter vários elementos que compunham a rede ideológica transmitida na época. Nele encontram-se inseridos os vários elementos que influenciaram a educação feminina.”
(RIBEIRO, 1997:74,75,76)

Depois de se ler o abecedário de Gonçalo Trancoso, e comparando-o com o provérbio 31: “Lição de Castidade” do Livro Poético de Provérbios do Antigo Testamento da Bíblia Sagrada, a correlação entre os dois fica muito evidente, assim como o quanto eram os preceitos da religião católica que ditavam as regras para a educação feminina.

A primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil foi feita pelas nativas à Rainha Catarina. Elas solicitavam que a rainha mandasse mulheres virtuosas para ensinar as meninas, como os padres faziam com os meninos, pois, para os nativos, a mulher era tida como companheira e, por isso, não entendiam a existência da diferença educacional.

Mas, educar as mulheres significava o perigo da conscientização de sua submissão. Mesmo assim, em 1556 o Padre Inácio de Loyola recebeu do padre Luis de Grã a argumentação de que a instrução feminina era importante no sentido de que as mulheres poderiam contribuir com a catequese, com a conversão dos nativos e com a formação religiosa de suas famílias.

Também nos conventos, que além de tudo eram agências financiadoras e, por isso, precisavam de administradores, acontecia o ato pedagógico de independência, pois as moças eram ensinadas a serem negociadoras. Por este motivo, muitas famílias encaminhavam suas filhas aos conventos, a fim de torná-las administradoras.

Dentro dos conventos as enclausuradas aprendiam leitura, escrita, (necessário para ler os livros de rezas) música, órgão e trabalhos domésticos. Como o ensino estava nas mãos dos jesuítas, acredita-se que eram eles que ensinavam as freiras.

Várias transformações ocorridas em Portugal, culminaram nas reformas pombalinas. Depois disso, a mulher começou a ter uma educação um pouco mais escolarizada, o que ficou revelado através da obra de Luis Antonio Verney, o “Verdadeiro Método de Estudar”, que apresenta um estudo sobre a educação feminina.

Apesar de representar uma evolução, o método ainda focava o ensino feminino para a serventia doméstica, a manutenção da classe social e a expansão da religião.

No Brasil, duas propostas para a educação feminina foram apresentadas: uma em 1749, nas “Cartas sobre a educação de Cora” de José Lino Coutinho, e a segunda em 1798, nos “Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória”, de D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Ambos tinham pressupostos semelhantes aos de Verney.

Mesmo assim, a forma como a mulher era vista socialmente, não mudou muito no Brasil. Apenas quando D. João VI veio para cá, isso começou a acontecer. No entanto, essa mudança atingiu somente a da mulher branca e, o que acabou trazendo mais dificuldades às outras mulheres.

Até a década de 1680 os jesuítas dominaram a educação no Brasil. Depois aconteceu a expansão da rede escolar católica através de uma aliança entre o catolicismo (conservador, monarquista antiliberal e antifeminista), a oligarquia (que concentrava o poder entre as famílias ricas) e outros segmentos: modernizantes, liberais e republicanos, aliança que foi possível porque todos esses setores não visavam o real desenvolvimento do país, mas sim, avanços produtivos.

Durante o Império e parte da República, foi a oligarquia paulista que dominou o país. Por isso, a primeira rede de educação feminina católica surgiu em São Paulo (e depois no Brasil), aconteceu através dos Colégios das Irmãs de São José de Chamberry, sendo que *“as escolas primárias régias deveriam propiciar um ensino diferenciado para as meninas, em classes separadas e contando com professoras do mesmo sexo.”* (LOPES,1997:24)

“Na medida em que, inicialmente, a educação feminina era considerada apenas um luxo, uma ‘excentricidade de endinheirados’, somente os segmentos muito ricos da oligarquia se preocuparam com ela. Por isso, naquele momento, a tendência predominante foi a educação na própria residência da aluna, concentrando-se mais no polimento sociocultural da jovem, já que se ensinavam várias línguas estrangeiras (Francês, Inglês, Italiano e Alemão) além de Música, Dança e Pintura.” (MANOEL, 1996:26)

“Ao lado desse ensino domiciliar, uma série de escolas internas particulares foi sendo criada, destinada àquelas famílias menos enriquecidas da oligarquia. De 1848 a 1885, encontram-se os registros de 21 dessas escolas nas maiores cidades de São Paulo: Sorocaba, 3; Itu, 4; Guaratinguetá, 3; Campinas, 4; Taubaté, 2; São Paulo, 5.” (idem:27)

Devido à deficiência no setor educacional para o ensino feminino e até masculino, a oligarquia começou a procurar outras saídas, tentando até romper com o modelo colonial-escravista para entrar no circuito capitalista, mas, receando a modernidade e a educação feminina, pelo fato de as mulheres reclamarem por seus direitos civis, o sistema educacional não avançou muito neste sentido.

Pelas necessidades que a modernização ia impondo ao modo de vida das pessoas, os homens passaram a aceitar a educação feminina; contudo, não queriam que ela ultrapassasse a formação de donas-de-casa e mães-de-família. Afinal, nesse momento, as mulheres ainda eram consideradas menos intelectuais que os homens.

Apesar de tudo, o grupo católico e seus proximados não aceitavam a emancipação feminina, como mostra o Barão de Rio Branco que:

“...dizia não aceitar a concessão de direitos políticos às mulheres porque ‘... Deus nos livre de um mulherio eivado dessa

lepra. Onde iríamos parar com essa república de publicistas de saias, quem iria resistir à sedução dessas varoas?’

Em 1876, o educador e jornalista Francisco Rangel Pestana e sua mulher abriram um colégio feminino onde, além das matérias estabelecidas, ministravam também Direitos da Mulher. A sociedade conservadora de São Paulo boicotou o colégio e, em 1879, ele foi fechado por falta de alunas.

Comentando esse fato, o jornal conservador Monitor Católico dizia, em dezembro de 1879, que o fechamento se dera porque ‘... O modernismo exagerado do jornalista levou-o a projetar, um dia, de educar a mulher na liberdade’; e, segundo o jornal, quando os pais viam a ... verdade... retiravam suas filhas ‘... porque os pais guardam suas filhas como preciosos tesouros que são’. (ibidem:31)

Quando o catolicismo é analisado, fica claro que era pregado que pelas leis divinas estavam estabelecidas as atividades domésticas para as mulheres e para os homens, as atividades sociais, sendo que as últimas deveriam prevalecer sobre as primeiras. Então, pensar em qualquer direito às mulheres era como ferir as Leis de Deus, quase como se a humanidade quisesse retornar à barbárie.

O mesmo acontecia com a educação. Acreditava-se que as leis naturais pediam uma educação inferior à mulher em relação à dada ao homem, e que esta nunca deveria acontecer em conjunto (numa escola mista),

“Essa diferenciação na educação dos dois sexos era considerada fundamental para a garantia da estabilidade moral e social, conforme doutrinava Pio XI, já em 1827, na sua Encíclica Divini Illius Magistri:

‘De modo semelhante e errôneo e pernicioso a educação cristã, é o chamado método de ‘co-educação’, baseado para muitos numa deplorável confusão de idéias, que confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora. O Criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade. Além disso, não

há, na própria natureza que os fez distintos em inclinações e aptidões, nenhum argumento de onde se possa deduzir que possa ou deva haver promiscuidade e muito menos igualdade na formação dos dois sexos''' (ibidem:32).

Esse pensamento ainda estava presente no início do século XX, quando as pressões femininas se fizeram mais fortes, suscitando a indignação de muitos homens em relação à solicitação das mulheres por vagas nas faculdades de Direito e Medicina do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, o jornalista católico, Porfirio de Aguiar, em 1903 escreveu um artigo para a revista Santa Cruz, dos padres salesianos, intitulado "O feminismo".

O teor desse artigo era de protesto quanto à pretensão feminina à profissionalização. O autor considerava que isso desestabilizaria a sociedade e corromperia a moralidade e a natureza das mulheres.

"Segundo ele, essas tentativas eram o resultado do '... feminismo, que ensaia forças, que vem aí como um pimpolho feio e ranhudo, a engatinhar e a querer se pôr de pé, dando, todavia, sinais de logo andar e correr'.

Para este jornalista, a profissionalização feminina estava além da Leis Divinas, e àquelas que pretendiam desobedecer tais leis, o palco e o circo é que caberia, pois, fazendo uma alusão ao termo 'mulher da comédia', que era sinônimo de prostituta, dizia que a mulher profissional não passava de uma prostituta.

"Curiosamente, a oligarquia não mandava suas filhas às escolas públicas pelas razões que já discutimos páginas atrás. Mas, as classes dominadas também estavam rejeitando essa escola porque ela ameaçava com uma novidade — a profissionalização (se é que podemos chegar a tanto...).

Dentre os vários exemplos, acho muito revelador o Relatório da Profª pública de Sorocaba, Maria Flora de Souza, de 1º de outubro de 1855, em que comunicava que não pudera realizar os exames em sua classe porque '... os pais de família entendem

que não devem completar a educação de suas filhas, dizendo que não as querem para professoras’.

No caso específico da oligarquia, pressionada pela necessidade da educação feminina, que aceitava e mesmo julgava essencial, e pressionada pela liberdade e emancipação femininas exigidas pelo mundo moderno, ela fez a história que podia fazer.

No momento histórico em que reunia condições políticas e financeiras para organizar o sistema educacional feminino que bem quisesse, a oligarquia escolheu não seguir as tendências gerais da modernidade, preferindo seguir as conhecidas trilhas do conservadorismo.

Os segmentos mais significativos da oligarquia paulista se aliaram ao catolicismo conservador e entregaram a ele a tarefa de educar as suas filhas conforme os preceitos dessa doutrina.”
(MANOEL, 1996: 33/34)

Então, o iluminismo veio para acabar com o monopólio intelectual da Igreja Católica:

“O iluminismo, atitude intelectual que marcou o período entre os finais dos séculos XVII e XVIII, pautou-se por três pontos básicos: 1. todo conhecimento ou crença é passível de crítica; 2. todo sistema de conhecimento deve ter procedimento epistemológico para realizar sua crítica interna; e 3. o conhecimento produzido deve servir para melhorar a vida humana.

Nas relações políticas, o liberalismo veio aumentar a série de problemas enfrentados pela instituição católica, com sua proposta de estabelecer a plena igualdade e liberdade nas relações entre os homens e as classes sociais.

Os dois pressupostos básicos do liberalismo eram: 1. a existência de direitos inalienáveis e naturais dos homens; 2. o caráter contratual das relações estabelecidas pelos indivíduos no interior da sociedade e referendadas pelo Estado. Mesmo que

no século XIX o liberalismo tenha atribuído mais funções ao Estado do que em sua doutrina original, o indivíduo continuou a ser o fundamento dessa doutrina política.

O liberalismo, portanto, colocou em xeque a existência de direitos e privilégios exclusivos da nobreza, privilégios defendidos e justificados pela ideologia monarquista da Igreja.”
(idem:40)

O Clero, que permaneceu conservador e foi chamado de ultramontano, combateu a modernidade (capitalismo e liberalismo), pois era vista como perigosa à salvação das almas por modificar as relações humanas e de poder. Por isso, a Cúria Romana estabeleceu um programa de recristianização da sociedade, com uma pedagogia fundada nos ideais da “Idade Média”.

“Assim, a questão que se colocava para a Cúria Romana era definir uma linha de ação política que tanto impedisse a produção de idéias contrárias à sua doutrina, quanto a divulgação dessas novas idéias.

Esse combate ao mundo moderno exigia uma atuação em três frentes ao mesmo tempo: 1. eliminar as teorias racionalistas e recuperar espaço para a filosofia tomista-aristotélica da Igreja, fundamentada na revelação, fazendo, portanto, o pensamento refluir para os mesmos paradigmas da Idade Média; 2. censurar a imprensa periódica e a edição de livros; e 3. recuperar o controle do sistema educacional.” (Manoel,1996:42/43)

Em meados do século XIX a Igreja enfrentava também as propostas socialistas e os movimentos contrários ao controle da Igreja sobre a produção do conhecimento, sendo que dentre tais propostas, o movimento pela educação feminina foi o mais importante. Contra esses movimentos, ela inicia programas educacionais.

“No Brasil, esse empenho católico pela educação e em especial a educação feminina iniciou-se por volta de 1850, quando

alguns bispos, em particular D. Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, introduziram as reformas no catolicismo brasileiro conforme a política ultramontana” (idem:45).

Esse bispo era defensor da ordem estabelecida e, por isso, planejou um vasto programa de ação pastoral na educação, tanto masculina como feminina.

“Os entendimentos de D. Antônio Joaquim de Melo e a Cúria Romana enquadraram seus projetos pastorais na linha do conservadorismo intransigente do Papa Pio IX. Nesse contexto, fortes ligações foram estabelecidas entre São Paulo, Roma e Chamberry, na França, de onde vieram os capuchinhos para dirigirem o seminário episcopal e as Irmãs de São José, para dirigirem o primeiro colégio feminino da época, localizado em Itú” (ibidem:48).

Assim, em 1859 foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, voltado para a educação feminina. Era dirigido por freiras francesas e visava a formar as mulheres para serem as educadoras dos filhos e da sociedade, conforme a doutrina católica conservadora.

Portanto, o que se pretendia com a educação feminina, religiosa ou não, era criar um movimento ininterrupto de formação de agentes sociais.

“A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de ‘teoria dos círculos concêntricos’: da mãe cristã para filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna.” (ibidem:49)

Há indícios de que a Congregação das Irmãs de São José de Chamberry foi o braço feminino do jesuitismo.

Em São Paulo, essa congregação atuava na forma de internato, externato e orfanato, procurando abarcar a educação das meninas das diversas esferas sociais, visando educar sem corromper para que elas pudessem conviver com o moderno sem se “perderem”.

As idéias liberais do final do século XIX fortaleceram a idéia de laicidade do ensino, o que veio ocorrer realmente apenas com a Proclamação da República. Com isso, em 13 de novembro de 1859 inaugurou-se a primeira escola para a educação feminina, que não visava a formação de religiosas, a Casa de Educação de Nossa Senhora do Patrocínio, em Itú, São Paulo.

Porém, foi contando com o apoio da oligarquia, independente da posição político-social de seus membros que as escolas religiosas se fixaram no Brasil, com o intuito de cravar a política de manutenção da ordem já estabelecida.

O objetivo da educação feminina católica era apenas o da educação, que modelava o caráter de acordo com os preceitos católicos e não o da instrução, que municiava a inteligência. O sistema para atingir tal objetivo era o de internato, que buscava separar a educanda do “mal da modernidade”, ajudado por um currículo de matérias que criavam um mundo abstrato dentro dos internatos, visto que, nos colégios das irmãs, falava-se e lia-se em francês, orava-se diariamente e liam-se livros de inspiração ultramontana e providencial.

“O Relatório do Inspetor Carlos F. da Silva, de 7 de dezembro de 1876, informava que os livros adotados no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio de Itú eram os seguintes:

<i>1 Catecismo da Diocese</i>	<i>D. Antônio Joaquim de Meio</i>
<i>2 Manual Enciclopédico</i>	<i>Monteverde</i>
<i>3 História Bíblica</i>	<i>D. Macedo Costa</i>
<i>4 História Eclesiástica</i>	<i>Disieux</i>
<i>5 História Natural</i>	<i>Tellian</i>
<i>6 Geografia</i>	<i>D. Lacerda</i>
<i>7 História Universal</i>	<i>Mons. Daniel</i>
<i>8 Literatura</i>	<i>Mme. Jusaville”</i>

(MANOEL, 1996:82)

As internas continuavam embebidas na religiosidade, por meio de orações, atos litúrgicos e festejos comemorativos de santos padroeiros ou devocionais, até que essa religiosidade se incorporasse à vida das educandas, dentro e fora do colégio, tal como pretendia essa educação.

As matérias visavam a reforçar a cultura, a sociabilidade e a religiosidade das alunas para, por meio delas, moralizar a sociedade.

“Segundo os Prospectos dos colégios das Irmãs, entre 1859 e 1888, eram as seguintes as matérias de ensino programadas: Instrução Religiosa; Gramática Portuguesa; Aritmética; Geografia e Cosmografia; Botânica e História Natural; Noções de Física; História Sagrada e Profana; Caligrafia; Literatura (Gênero Epistolar); Francês; Trabalhos Manuais; Obras de Gosto (flores, tapetes, bordados e outros trabalhos de agulhas); Lições Especiais: Inglês, Piano, Alemão, Canto e Desenho. Essas 17 matérias eram distribuídas em oito anos de estudos, obedecendo a uma seriação composta de uma Série Preparatória e mais sete séries sequenciais. Nessa seriação, o Catecismo, o Francês, Estilo e Trabalhos Manuais eram matérias obrigatórias em todas as séries e as outras, inclusive a Gramática Portuguesa, se alternavam ao longo desses oito anos. Essa programação se manteve inalterada até a segunda década do século XX. Em 1919 encontram-se algumas alterações com o acréscimo de algumas disciplinas como Geometria, Álgebras, Física, Química, Zoologia e Perspectiva Linear. Embora a preocupação da educação católica não fosse a profissionalização feminina, já na segunda década do século XX algumas ex-alunas dos colégios das Irmãs estavam se candidatando a vagas nas Escolas Normais Secundárias, e a ampliação do currículo a partir de 1919 já era uma adaptação à nova realidade que se impunha.” (idem: 83)

Como argumento para que não fossem abordadas as matérias exatas para as mulheres, usava-se o fato de acreditarem que elas não tinham afinidade com tais

matérias e também de que tais conhecimentos não lhes eram úteis, numa sociedade ainda patriarcal.

As irmãs da Congregação, utilizando os métodos do Ratio Studiorum nas suas aulas, faziam supor a sua ligação ao jesuitismo (influência notada em toda sociedade da época em que eles atuaram) apesar das irmãs o terem adaptado ao ensino feminino, pois no Ratio havia “virtudes específicas” para os meninos que não poderiam ser ensinadas às meninas.

Ao longo do século XIX as escolas protestantes e as novas pedagogias foram entrando no Brasil, confrontando o catolicismo com o escolanovismo.

Em 29 de novembro de 1919 foram comemorados os 60 anos de atividades das Irmãs de São José de Chamberry em São Paulo e no Brasil.

“Altino Arantes, presidente do Estado, ex-aluno dos jesuítas no Colégio São Luís, em Itu, em seu discurso louvou o trabalho das Irmãs e seu ‘... combate necessário e incessante pela instrução da mocidade, em que ela encerra de mais puro, de mais nobre, de mais delicado: as meninas, nossas filhas, o escrínio inviolável de nossas mais caras afeições e de nossas mais fundadas esperanças. Hoje elas aqui vieram para demonstrar, na inquebrantável fidelidade às suas crenças e nas linhas irrepreensíveis de sua conduta, a eficácia prodigiosa da educação cristã da mulher — na constituição da sociedade do presente, no preparo e na preservação da sociedade do futuro’”(MANOEL, 1996:100).

Através da declaração do Presidente do Estado de São Paulo à obra da Irmãs de São José de Chamberry, fica claro o quanto conservadora era a sociedade que começava a se abrir para a educação feminina.

“De qualquer modo que seja, a atitude conservadora dessa classe possuidora dos meios de produção, controladora da sociedade e do poder político, foi amplamente reforçada pela educação e doutrina católicas.” (idem: 102)

Então, pode-se concluir que a educação feminina não estava atendendo às suas reivindicações, mas sim, aos interesses de quem dominava a sociedade: a Igreja.

1. OS MOVIMENTOS DE MULHERES E O FEMINISMO NO BRASIL

“(...) Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção” (HAHNER, 1981:14).

“(...) No entanto, mesmo assim, a história da mulher poderia possivelmente ser considerada como uma derivada lógica da história social; ela diverge da história social numa premissa básica: mulheres e homens ocupam posições diferentes na sociedade, e não podemos automaticamente estudar homens e mulheres dentro da mesma estrutura conceitual. Devemos recusar a aplicação, à mulher, de critérios explicitamente masculinos, pois, quando se empregam tais critérios no exame do passado, a mulher desaparece em grande parte, da história.” (idem: 16)

O feminismo abrange todos os aspectos da emancipação da mulher: de como ela se percebe e também de sua posição na sociedade, não só a conquista de direitos legais, mas também as exigências dos movimentos de mulheres.

Nísia Floresta foi a maior expoente do feminismo do Brasil, pois, logo nas primeiras décadas do século XIX, apareceu com audácia, na medida em que, sendo mulher e, apresentando-se como uma educadora, feminista e reformadora social, revolucionou o conceito de mulher para a esfera social da época.

Os seus trabalhos só vieram a público depois de um século e, a crítica que se fazia dele era superficial.

Nísia, inicia-se no magistério em 1834, tendo se formado de maneira autodidata. Em 1837, no Rio de Janeiro, começa administrar um colégio para meninas, o Colégio

Augusto, e o faz por 17 anos, quando deixa o Brasil rumo à Europa, onde publica suas obras em italiano e francês, sugerindo o método de ensino direto, como hoje ainda é feito nos cursos de segunda língua.

Ela critica a forma como a educação no Rio de Janeiro era trabalhada, quando afirma no “*O Mercantil*”, de 27 de dezembro de 1846, na página 4 (crítica que valeria ainda hoje!):

“Ao confiar uma filha a um colégio, o pai deve ter os mesmos receios que depois de entregá-la a um mau esposo. Admiramos a facilidade com que, entre nós, se acredita na moralidade protestada num anúncio mais ou menos pomposo, de quem abre um colégio, e sem mais exame se lhe entrega a educação de uma menina!” (FLORESTA, 1989:x/xi)

No princípio do século XX havia, na Europa, e conseqüentemente assimilada no Brasil, a idéia dicotômica, de que para o homem a educação deveria desenvolver o intelecto, enquanto para a mulher deveria assegurar o caráter, sendo que no Brasil a este fato soma-se a conotação de que a educação da mulher deveria assegurar-lhe a retidão comportamental perante a sociedade.

“Contrapondo-se a essa mentalidade, Nisia Floresta formava o conceito de seu colégio como uma instituição séria para a instrução das mulheres, em um tempo em que o programa de estudos para elas se atinha, na maioria dos casos, ao ensino da costura e dos bons modos. Embora poucos, os artigos de jornal que louvavam os sucessos de suas alunas e a competência intelectual delas foram freqüentes o bastante para que tanto o colégio como sua diretora se fizessem objeto da calúnia por parte dos competidores estrangeiros da autora. Porque ela ousou pronunciar-se em relação a eles, porque teve a coragem de ser ela mesma contra o conservadorismo da época, os seus concorrentes acusaram-na de adotar uma posição considerada masculina:

As audácias da diretora, seu caráter sui juris (sic), suas idéias já conhecidas em prol da reabilitação da mulher, causaram mal-estar entre as rivais assustadas, e entre os catões, que aborreciam aquela mulher metida a homem, pregando a emancipação do seu sexo, batendo-se pela extinção da odiosa tirania masculina, escrevendo nos jornais, estigmatizando os senhores de escravos, afrontando desassombradamente seculares preconceitos.” (VALADARES, 1989: xi/xii)

Foi em 1832 que Nísia tomou contato com o principal tratado feminista da época, o “*Vindication of the Rights of Woman*” de Mary Wollstonecraft, que era norteado pela idéia de que a verdadeira liberdade requeria a igualdade entre homens e mulheres.

“(…)O objetivo de Wollstonecraft era responder ao argumento de J. J. Rousseau, quando este insistia em que, educadas, as mulheres iriam perder seu poder natural sobre os homens. Replica a escritora inglesa: ‘É este justamente o ponto a que me dirijo: não advogo que tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas.’ Ai está a passagem-chave da obra de Wollstonecraft: as misérias e os defeitos próprios da mulher surgiram por causa da sua dependência em relação aos homens. A educação é um passo para a independência. A solução será habilitar todas as mulheres para saírem ao mundo, proporcionar-lhes a oportunidade de desenvolvimento do intelecto, para ganharem dignidade pessoal e chegarem a ser filhas mais devotadas, irmãs mais carinhosas, esposas mais fiéis, mães mais razoáveis, e melhores cidadãs. Enfim, era propósito de Mary Wollstonecraft criar um novo sujeito social: a mulher que se constitui a si mesma, como alguém que busca realizar-se.”(idem: xvi/xvii)

Nísia procurou associar o pensamento de Wollstonecraft, de que a diferença entre os sexos não é natural e sim social, com a idéia da filosofia liberal de que todos os

seres humanos são entes racionais, sem distinção dos sexos e, portanto, sujeitos à mudança, com isso, sugerindo alterações na estrutura da sociedade brasileira, apresentando opções abolicionista, republicana, indianista e feminista.

A crítica conservadora a execrou, mas

“..., a obra de Nisia Floresta teoriza a prática política de uma específica realidade social, e rearticula essa realidade sob o prisma da experiência histórica das mulheres. Afinal, o sumo do seu projeto é interceder pelas mulheres, desenredar a contradição em que vivem as mulheres - e ajudar cada uma a se fazer mulher.”(*ibidem*,xlili- grifos meus.)

A educação feminina no Brasil começou a ter avanços na metade do século XIX, mas a leitura das meninas era muito atrasada em relação à leitura dos meninos, pois elas só tinham acesso aos livros de orações e logo que completavam 13, 14 anos, os pais as retiravam das escolas por considerarem que, depois de aprender a ler o livro de orações, o próximo passo de sua vida era o casamento. Mas, muitas mulheres nem chegaram a entrar na escola de primeiras letras, chegando a morrer na fazenda onde nasciam sem nunca terem saído de lá.

“Desde o começo, as editoras de jornais feministas, como Francisca Senhorinha da Motta Diniz, ressaltaram a importância da educação para as mulheres, tanto em seu benefício como para o progresso do mundo. Francisca S. da M. Diniz dedicou O Sexo Feminino ‘à educação, instrução e emancipação da mulher’; nele ela incitava que ‘de continuo propugnássemos pelos direitos do nosso sexo, até agora conculcados pelo contrário’. Em vez de dirigir-se aos homens, rogando-lhes que mudassem suas atitudes e seu comportamento com relação às mulheres em seu próprio interesse, ou apelando reiteradamente para a imagem da Virgem Maria, como fizera O Jornal das Senhoras duas décadas antes, ela esforçou-se por alertar as mulheres quanto às suas condições, necessidades e potencial. Francisca S. da M. Diniz viu que o inimigo com quem

lutavam estava escondido na 'ignorância da mulher' que 'é defendida pela sciencia dos homens'. Ela não podia esquecer os males causados pelo homem, que considerava sua mulher apenas 'um utensílio de casa', privando-a de educação e de conhecimento do mundo exterior. Mas preferiu atacar a falta de conhecimento e de consciência das mulheres. A maioria vivia em ignorância de seus direitos, mesmo daqueles que lhes eram devidos por lei. Elas não percebiam nem ao menos como seus maridos podiam gastar seu dinheiro, deixando-as endividadas, ou abandoná-las e seus filhos. Agora esse 'cordeiro humilde' precisava 'deixar de subjugar-se' e de andar 'sempre manietada, oprimida e dominada' pelos homens. Elas precisavam abrir seus olhos para 'as injustiças, o domínio e a postergação de direitos', de que eram vítimas. Com a educação, poderiam recuperar os direitos perdidos, criar seus filhos adequadamente, ter compreensão das finanças dos negócios de suas famílias, e serem a companheira, não a escrava, do marido. 'Com a instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadeas que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeão'." (HAHNER,1981:14)

"Confiante no progresso; como outras feministas, Josefina de Azevedo afirmava que, 'em breve, o mesmo complexo de igualdade que se está vendo em toda a América, chegará até nós'. Ela igualmente ressaltava a necessidade de educar bem as mulheres, tanto em seu próprio benefício como para 'o engrandecimento do Brasil', porque a 'base principal do verdadeiro progresso é a educação'. Apelando ao interesse próprio e ao patriotismo dos homens, ela lhes perguntava: 'Quereis viver uma vida de prazer e de encantos? Educae a mulher e vereis a vossa casa transformada n'um verdadeiro éden'. Contudo, até então, 'o egoísmo dos homens, desmedido, fanático, intolerável, não nos concedia nada do que nos era devido, na escala das nossas aptidões'. Nem mesmo a Revolução

Francesa, com os Direitos do Homem, 'havia ampliado as faculdades cívicas da mulher'. Mas as mulheres aprenderiam a se rebelar contra o tratamento de "escrava do homem, e não sua amiga ou companheira." (idem: 64)

A luta pela independência financeira das mulheres foi o que fez fortalecer a luta pela educação, pois era claro que mulheres mais instruídas teriam mais chances de entrar no mercado de trabalho.

Mas, qualquer moça que quisesse se aprofundar nos estudos teria que fazê-lo no exterior. Foi só em 1887 que uma mulher colou grau de medicina no Brasil, posteriormente sendo seguida por outras, mesmo havendo uma grande hostilidade masculina a isso.

No entanto, as famílias mais endinheiradas não queriam suas parentas trabalhando. Assim esse processo se deu mais facilmente para as classes mais baixas.

Porém, no século XX, lecionar tornou-se, para a mulher, uma oportunidade de trabalho, mesmo que

"A identificação com a maternidade, a resistência a que as aulas para meninas fossem ministradas por homens, além da crença na inferioridade física e mental da mulher, que a excluía de outras profissões, levaram o magistério a ser considerado como uma das únicas profissões que poderiam ser exercidas por ela."

(LOPES, 1997:47)

Essa idéia leva a um movimento que feminiza o magistério e libera os homens para cuidarem de ocupações mais rentosas.

"Diante dessa realidade, impunha-se alterar algumas das disposições anteriores. A "crescente freqüência das mulheres e decrescente, dos homens" fazia supor que brevemente as escolas de meninos estariam sem mestres. A solução seria permitir que mulheres lhes dessem aulas, mas isso exigiria algumas precauções." (LOURO, 2001:452)

Outra idéia difundida sobre a mulher ocupar o magistério foi a de que essa era uma profissão feminina por ocupar um só turno, ficando a mulher livre para os afazeres domésticos, o que também servia para justificar os baixos salários.

II. SANTO ANTÔNIO DE CARAGUATATUBA

Localizado no Litoral Norte do Estado de São Paulo encontramos o município de Caraguatatuba, que tem a Mata Atlântica e a Serra do Mar como fundo, praias à frente, sendo ladeado por Ubatuba ao Norte e São Sebastião ao Sul.

Quando os europeus chegaram na cidade, com a intenção de formar uma nova freguesia, a vegetação da Mata Atlântica sofreu uma ação destruidora constante (que se estende até os dias atuais), impulsionada pelo comércio e pela agricultura de cana-de-açúcar.

Até meados do século XVIII a produção açucareira foi muito importante, quando foi suplantada pela produção cafeeira.

Além do sal, também chamavam a atenção as madeiras nobres, exploradas pelos franceses e, posteriormente, pelos ingleses.

Isso criou um crescimento urbano desenfreado e desordenado que veio requerer uma infra-estrutura mais complexa, necessitando também de iluminação.

“A iluminação no Brasil Colonial, do século XVII ao XIX, tinha como combustível o óleo de mamona, o de amendoim, o azeite de oliva (em alguns casos) e o óleo de baleia. Este último era tão importante que constituiu em elemento responsável pela prática da pesca da baleia no litoral brasileiro e pelo estabelecimento das Armações, que, durante o período se expandiram da Bahia a Santa Catarina. As Armações que se localizavam no Litoral Sul, entre elas a da Ilha Bela, de Bertioga e outras exportavam o óleo em sumacas e bergantins, por via marítima, para o Rio de Janeiro, onde ficava a sede da administração geral do contrato do real monopólio da pesca da baleia.

Na Armação de Ilha Bela, certamente, deve ter trabalhado gente de Caraguatatuba. Como exemplo, temos o registro nos Maços de População, de 1821, do pardo Joaquim Nunes, casado, então com 35 anos de idade, constando ali que ele ‘é balieiro de que vive’. Como ele, muitos outros da região de Caraguatatuba devem ter exercido essa profissão, devendo estar camuflado sob

a condição de ‘pescador’, que aparece com frequência naqueles documentos”. (Campos, 2000:88)

As Vilas litorâneas se esvaziaram no século XVIII devido à corrida às Minas Gerais. Poucos permaneceram nas suas cidades devido à descoberta, no fim insignificante, de ouro na muralha próxima à serra do Mar, fato que se comprova através da denominação de “Rio do Ouro” ao rio que corre em Caraguá.

Para a produção aurífera, as cidades de Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião foram importantes para escoar o produto que era desviado da fiscalização do governo português do Rei Dom João que, ao tomar conhecimento deste fato, em 06 de fevereiro de 1731, ordenou que fiscalizassem essas cidades.

“Ao final do século XVIII, o povoado que dará origem à futura cidade de Caraguatatuba, nada mais é do que um incipiente aglomerado de pequenas casas, ruas curtas e apertadas onde habitava uma rala população. Lugar pobre, de renda mínima, onde o caíçara apenas sobrevive de suas poucas atividades econômicas. As perspectivas de evolução eram pequenas, pois ela ficava sufocada entre a força da vila de Ubatuba, de um lado e a de São Sebastião, que tinha o domínio político sobre ela, de outro. A ambas não interessava a concorrência de um novo porto, que desviasse as auferidas pelos seus respectivos movimentos alfandegários” (Idem:91).

Como em qualquer outro povoado costeiro, Caraguatatuba baseava sua economia no comércio. O “fogo” (grande família onde todos trabalhavam em conjunto), como não era auto-suficiente, produzia em abundância para a venda ou troca com os gêneros que não produziam.

“Em Santo Antônio de Caraguatatuba, a região não permite outra maneira de ocupação do solo, a não ser em pequenas propriedades, quase que auto-suficientes, resultantes da derrubada da floresta. O local é escolhido pela possibilidade de comunicação com o pequeno povoado, onde ficam os fogos

urbanos que, de uma forma ou de outra, são dependentes do pequeno comércio com o meio rural. No início, não existem contatos entre os fogos rurais vizinhos, mas, com o passar do tempo, eles abrem rotas de comunicação, principalmente pelo seu crescimento populacional e da região. A ocupação inicial estende-se ao longo do litoral para, mais tarde avançar em direção à serra acima. Mas essa expansão não é nada uniforme, intercalando inúmeras pequenas propriedades entre as poucas grandes fazendas. A necessidade de contato com o povoado determinou a abertura de picadas, algumas transformadas em rudes estradinhas, para complementar as rotas que beiravam a praia e a navegação costeira”(Campos, 2000: 92/93).

Da inter-relação entre pequenas propriedades de “fogo” apareceram bairros rurais, onde não acontecia a circulação de moeda e, quando alguém recebia pela venda de seu excedente, guardava para situações futuras.

De 1801 a 1829, a região pobre de Caraguatatuba mudou o tipo de produção, tanto a de subsistência, quanto a de exportação. No mesmo sentido caminhou a sua população.

Ao decair a mineração, as pessoas voltaram à procurar pela agricultura dos produtos que o governo português incentivava (fumo, anil e café).

Com isso, o cenário agrícola brasileiro foi se configurando pela criação de grandes propriedades que cobiçavam, para tal, as terras litorâneas. Essa situação trouxe crescimento econômico e populacional para as vilas. Assim, em 1847, pela Lei nº 18, de 16 de março, Caraguá deixou de ser um Povoado do Distrito de São Sebastião e passou à condição Freguesia.

Depois, através da impulsão que a abertura da estrada de São Sebastião para serra acima trouxe ao fundar uma importante via de escoamento dos produtos das vilas do Vale do Paraíba, a Freguesia de Caraguatatuba foi elevada à Vila, em 23 de novembro de 1857, quando também se emancipou politicamente de São Sebastião.

Com o fim do tráfico negreiro (1850) e a expansão cafeeira, o capital interno e externo começaram a ficar disponíveis, gerando um período de mudanças na estrutura do regime de trabalho.

Essa mudança fez aumentar o número de intelectuais que buscavam a modernização do país. *“O Manifesto Liberal de 1868 é considerado o início de um amplo movimento que vai agitar o final do Império e o início da República”* (RIBEIRO, 1998: 61)

“Liberais e cientificistas (positivistas) estabelecem pontos comuns em seus programas de ação: abolição dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja e do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe e a crença na educação enquanto chave dos problemas fundamentais do país.” (RIBEIRO, 1998:62 – grifos meus: crença da redenção pela educação.)

Quando a sociedade de base exportadora passou de rural-agrícola para urbano-comercial, a modernização na sociedade passou a ser um fato.

Esse movimento trouxe ecos para a educação, solicitando sua modernização e revisão para adequá-la ao novo modelo econômico que se implantava.

Nesse período, a maior parte da população feminina era analfabeta. Poucas mulheres eram preparadas na família, pelos pais ou preceptores e apenas nas primeiras letras, prendas domésticas e boas maneiras. Um número ainda menor chegava ao ensino secundário.

No final do século de XIX a vila de Caraguatatuba foi classificada como sem importância cafeeira, entrando no século XX com a economia estagnada, fato que se aprofundou por seu isolamento devido à criação das estradas de ferro Santos-Jundiaí, em 1867, e Central do Brasil, em 1877, pelas quais a produção do interior do país passou a ser escoada, não precisando mais passar por Caraguá.

Até aproximadamente 1930 as cidades do litoral paulista não possuíam estradas de rodagem, sendo o transporte feito por via marítima, através dos portos de São Sebastião e de Ubatuba.

“Os portos de São Sebastião e de Ubatuba se sobressaíam, por estarem próximos dos grandes centros produtores, recebendo

grande carga diária de mercadorias e de passageiros das cidades de Serra Acima, destinadas aos demais portos do norte e do sul do país e também para os estrangeiros. Os transportes, via exportação, eram feitos em grandes canoas de voga, denominação que, no litoral norte, se dá às embarcações de grande dimensões, com cobertura e capacidade para algumas toneladas de carga, provida de um mastro quase perpendicular e colocado à meia nau, com velas geralmente construídas pelos próprios praianos que se especializaram nesse setor da construção naval.

Os serviços de transportes em uma determinada época, eram feitos pelas companhias Loide Brasileiro, Navegação Costeira e Comércio e Navegação. A preferência de que gozavam os ditos portos devido à sua localização privilegiada, prejudicava sensivelmente o porto de Santos, a tal ponto que o Capitão General Bernardo José de Lorena tomou uma atitude drástica, impondo uma medida que desviava as mercadorias para serem embarcadas em Santos, proibindo a navegação para os demais portos. Mesmo assim não se declinaram os serviços prestados pelos barcos a vela que transitavam pelo litoral paulista, principalmente pelo Canal de Toque-Toque, isto até 1819, quando a adoção de máquinas a vapor revolucionou os meios de transportes marítimos, porém muito timidamente”(Campos, 2000:166/167).

No entanto, os paquetes e barcos à vapor prestavam serviços insatisfatórios.

Foi apenas em 1861, com a primeira linha de paquetes à vela para São Sebastião e Caraguatatuba, que o movimento comercial se alargou. Da República até mais ou menos 1919, o transporte marítimo melhorou muito.

Por via terrestre, foi em 1805 que abriu-se a primeira estrada saindo de São Sebastião, passando por Caraguatatuba para chegar em Paraíba, visando escoar a produção de açúcar do Vale do Paraíba, contribuindo para o desenvolvimento local, tornando a estrada conhecida como a “Estrada de Caraguatatuba”, que, depois da emancipação da cidade, serviria para escoar o café.

Conservar a estrada era ponto fundamental para continuar o desenvolvimento econômico da região, mas ela ficou em estado precário desde sua abertura, até a década de 30 do século XX.

Em 1882, o engenheiro Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho apresentou um projeto de estrada de ferro para ligar o Sul de Minas ao Litoral Norte Paulista, mas, devido a falta de recursos dos governos dos dois estados, o projeto não se concluiu.

Até fins de 1931 o acesso à cidade era precário, mas quando o Comandante Arnold, ao passar férias em São Sebastião, notou tal necessidade, comunicou-a à Força Pública, sugerindo que uma estrada fosse feita passando pela serra de Caraguá para chegar à São Sebastião, por apresentar melhor traçado. Assim, em 12 de abril de 1932 os trabalhos foram iniciados. Devido à Revolução de 32 as obras se interromperam e só foram retomadas com o fim do conflito. Em 1939 a estrada foi aberta ao tráfego.

No início do século XX, a produção da região era na maioria movida pelo capital estrangeiro, sendo que a Fazenda dos Ingleses foi a de maior representatividade, apesar visar apenas à exploração dos recursos naturais em prol do capitalismo britânico. Mesmo assim, a Fazenda dos Ingleses trouxe benefícios ao município, fazendo girar o capital no comércio e impulsionando o turismo.

“Mas o grau de isolamento que esta empresa manteve com o município de Caraguatatuba pode ser observado pelos seguintes vestígios: depois de 50 anos de pagamento de impostos, a infraestrutura do município não sofreu alterações; não restaram traços da cultura inglesa sobre a população caiçara e as técnicas administrativas ou produtivas, empregadas pela Fazenda São Sebastião, não foram aproveitadas pelos caraguatatubenses” (idem:206)

Quando paralisou-se a produção de dormentes na Europa devido à Primeira Guerra Mundial, a exploração madeireira começou a acontecer nas florestas litorâneas do Brasil, sendo que em Caraguatatuba, a Companhia de Madeiras e Carvão de São Sebastião abriu a possibilidade de se firmar contrato com outros países para a exploração de madeiras para dormentes, com isenção de impostos, esperando em troca, a construção de uma estrada de ferro para a cidade.

Aproveitando-se dessa oportunidade, a empresa Estatal Italiana de Madeiras J. Charvolin, veio a se instalar em Caraguatatuba.

A produção (extração e beneficiamento de madeira) que acontecia numa extensa área de mata virgem, era escoada pelo rio Juqueriquerê e Camburu, até o mar. A baldeação para os transatlânticos acontecia no canal de São Sebastião.

Nas áreas desmatadas plantava-se cana-de-açúcar para a produção de açúcar cristal, num engenho no Porto Novo.

A empresa italiana estabeleceu com a Vila uma grande relação de lazer, através de um clube onde se jogava futebol e faziam-se festas, além de sua função social, providenciando recursos médicos e farmacológicos para o povo, como no caso da gripe espanhola de 1918.

Mas, em 1917, essa empresa começou a apresentar dificuldades financeiras, o que a levou a firmar um convênio com o industrial francês Godofredo de Turck. Assim, a empresa passou a se chamar “*Société Française pour l'Exploitation et le Commerce de Bois Exotiques*” e as terras por ela exploradas ficaram conhecidas como a Fazenda dos Franceses.

A falência do “*Banque Française pour le Brésil*” apressou o encerramento das atividades da empresa madeireira francesa, mas, antes, ela trouxe vários investimentos para a região, fazendo com que a estrada de rodagem fosse concluída, transformando a região em Estância Balneária.

As terras que pertenceram aos italianos e franceses foram compradas pelos ingleses para a plantação de banana e citros, com o intuito único da exportação para o seu país. No entanto, não foram os ingleses que introduziram a plantação de bananas na região, pois ela já existia nos pequenos sítios e fazendas.

O cenário urbano do início de século XX era o retrato da estagnação econômica: “o número de imóveis entre públicos e privados, comerciais e residenciais se resumiam a 22 e mais a Igreja de Santo Antonio de Caraguatatuba” (Campos, 2000: 241). A maior parte dos imóveis estava na área rural, porém, esse cenário começou a se transformar a partir de 1927, junto com a modernização da fazenda dos Ingleses.

Mas foi só em 1939, quando recebeu a classificação de Estância Balneária, pelo Decreto-Lei Estadual nº 10.669, do então governador Adhemar de Barros, que mudanças significativas tiveram início.

Depois disso, Caraguá tornou-se uma cidade turística, trazendo a necessidade do desenvolvimento da infra-estrutura urbana: água encanada, esgoto, luz elétrica, educação, rádios e jornais, que gradativamente foram sendo criados.

III. A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, a educação, que era sua incumbência, ficou estagnada. Foi em 1776 que os padres franciscanos, no Rio de Janeiro, fundaram um curso literário e teológico, mas que era restrito à formação sacerdotal.

Quando a corte real portuguesa se refugiou no Brasil dos ataques napoleônicos, em 1808, foi necessária a implantação de cursos técnicos e superiores.

Esses cursos foram implantados, mas apesar de serem declarados públicos estavam destinados às classes mais abastadas, pois, para acessá-los exigiam-se exames prévios e formação básica completa, que não era oferecida à maior parte do povo.

O número de profissionais no Brasil aumentou, mas a instrução pública popular continuou abandonada.

Depois da “Independência” novas esperanças apareceram no Brasil e, com elas, várias propostas para a modernização do país, sendo que muitas diziam respeito à educação, mesmo que descontextualizada da realidade brasileira, pois aqui as condições econômicas eram diferentes das da Europa, o berço de tais idéias. No entanto, isso aconteceu pelo fato de que o Brasil começava a necessitar de mão-de-obra para as novas indústrias que estavam a se instalar aqui.

Segundo Campos: *“Na Constituição de 1823, apresentada à assembléia constituinte, constava que ‘haverá no Império, escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais’”*. Nada era dito da formação de professores, além do fato dos investimentos não serem suficientes para atender os escritos legais da constituição.

O Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 transferiu para as províncias a responsabilidade da Instrução Pública de Primeiras e Segundas Letras.

Isso fez agravar a desorganização educacional que foi instaurada com a expulsão dos jesuítas. Para minimizar esse problema, em 1837 a monarquia fundou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, para que este servisse de modelo às outras escolas. No entanto, esta finalidade ficou, também, perdida quando o colégio assumiu o papel de preparatório para o ingresso no ensino superior.

“As primeiras escolas fundadas para formar professores foram a de Niterói, em 1835, a da Bahia, em 1836, a do Ceará, em 1845 a de São Paulo, em 1846 e a do Rio de Janeiro em 1880,

segundo consta, todas de organizações rudimentares e desprovidas de professores capacitados’.

Na Província de São Paulo, a Lei nº 34 de 16 de março de 1846 inicia a regulamentação da Instrução de Primeiras e Segundas Letras. A lei determinava que, para a abertura de uma escola, em qualquer povoação da Província, seriam necessárias, no mínimo, 40 crianças para escola masculina, e 60 para escola feminina, exigência esta que dificultava a abertura de escolas em pequenas cidades” (CAMPOS, 2000:185).

Inicialmente as aulas aconteciam em salas particulares, pelas quais os professores recebiam aluguel. Apenas em 1876 é que a Província de São Paulo passou a investir em prédios públicos. Em 1887 foi criado o “Fundo Escola”, com doação de pessoas físicas e jurídicas que se somavam as verbas das Câmaras Municipais, objetivando o levantamento de recursos locais para o investimento nas Escolas.

Em 1891, a Constituição trouxe a descentralização do ensino, interferindo na organização escolar da Primeira República e criando o dualismo educacional.

Nesse período a intenção da educação era a de formar os alunos, nos diferentes níveis de ensino, sendo esta formação fundamentada na ciência, rompendo com a tradição humanística.

Esse pensamento trouxe várias reformas educacionais e sua maior contribuição foi a laicização do ensino.

Durante a Primeira República, o Brasil continuou a se modernizar, mas o país apresentava uma dependência cultural em relação ao modelo que seguia.

1. A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CARAGUATATUBA

No litoral, na época colonial, havia grande dificuldade quanto à Educação, pois não havia escolas nem professores na região.

“Através das Câmaras Municipais de São Sebastião e Ubatuba, os dois únicos municípios formados até então, a população implorava ao Governador da Província a criação de ‘Cadeira de

1.^{as} Letras', para a instrução das crianças, visto as Câmaras não poderem sustentar uma escola.

Em 1799, a Câmara da Vila de São Sebastião obteve permissão para a abertura de sua primeira escola de 1.^{as} Letras nomeando para o cargo o padre João Amaro, que ocupou a Cadeira até sua morte, em 1817, sendo substituído, no mesmo ano pelo reverendo padre Sebastião Alves de Oliveira Cruz.

Nesta mesma vila, devido à solicitação do Governo Provincial ao requerer de todas as Câmaras das Vilas da Província '...as Memórias e Apontamentos que achassem necessários para o bem geral dos habitantes da Província...', a Câmara sugeriu aos Deputados e Governo, em ofício datado de 1º de outubro de 1821, a criação de uma Universidade, '...onde mais comodamente possam concorrer os alunos, para a instrução da mocidade e aumento do Estado.'

Em São Sebastião, com o surgimento dos povoados de Caraguatatuba e Ilha Bela, foram criadas novas escolas de Primeiras Letras, na década de 1830" (Campos,2000:186/187).

Em Caraguatatuba a primeira escola da qual encontram-se registros, é uma Escola Masculina de Primeiras Letras, datada de 1835. Ela era administrada por São Sebastião, cidade à qual Caraguatatuba pertencia.

Até 1858, o município de São Sebastião, que naquela época englobava também o que hoje é Caraguatatuba e Ilha Bela, contava com apenas 6 escolas, todas de Primeiras Letras.

A instalação da primeira escola feminina em Caraguatatuba está datada de 16 de maio de 1859, estabelecida pela Professora Rita Dionizia Lima Ribeiro e funcionando na região central da cidade.

"No ano de 1863, um pai de sete filhas, morador do Bairro de "Mococa", estando com dificuldade para colocar suas filhas na escola, enviou um ofício ao Presidente da Província, através da Câmara Municipal de Caraguatatuba, solicitando a abertura de uma escola feminina naquela povoação, pois havia um grande

número de meninas em idade escolar, sem a devida Instrução Pública. 'Porém, o seu pedido não foi aceito!'"(idem:187)

Como a abertura e funcionamento das escolas particulares não estavam submetidos a uma lei, bastando apenas a vontade de fazê-la, em Caraguá, surgiu a primeira escola particular em 1867, que era de propriedade do Sr. Jacintho de Castilho, que também era professor. Essa escola funcionou apenas até 1868.

Em 7 de janeiro de 1875 a professora Presciliana de Castilho Leite, filha de Jacintho de Castilho, abriu outra escola particular, sem no entanto cobrar por seus serviços. Mais tarde, ela se tornou professora pública de segundas letras.

"Em 1875, um projeto apresentado pelo Deputado Coronel Marcelino José de Carvalho ao Presidente da Província, visava a criação de uma segunda cadeira de primeiras letras na 'villa de Caraguatatuba'. A Escola foi aberta em 4 de novembro de 1875 e sua primeira professora foi Dona Presciliana de Castilho Leite"(ibidem,188).

A grande maioria das crianças em idade escolar, além de morar longe do centro, ainda tinham que trabalhar para ajudar no sustento da família, não podendo ir para as escolas. Na época do plantio e da colheita o número de alunos nas escolas masculinas e femininas diminuía.

Outros motivos para as interrupções nos estudos variavam entre problemas financeiros (faltavam não só dinheiro, mas roupas, calçados e materiais escolares) e de saúde.

As escolas eram precariamente equipadas, quando o eram, o que dificultava o ensino e a aprendizagem. Essa falta de material era compensada pela criatividade dos mestres, que transmitiam outros ensinamentos como a música vocal e instrumental.

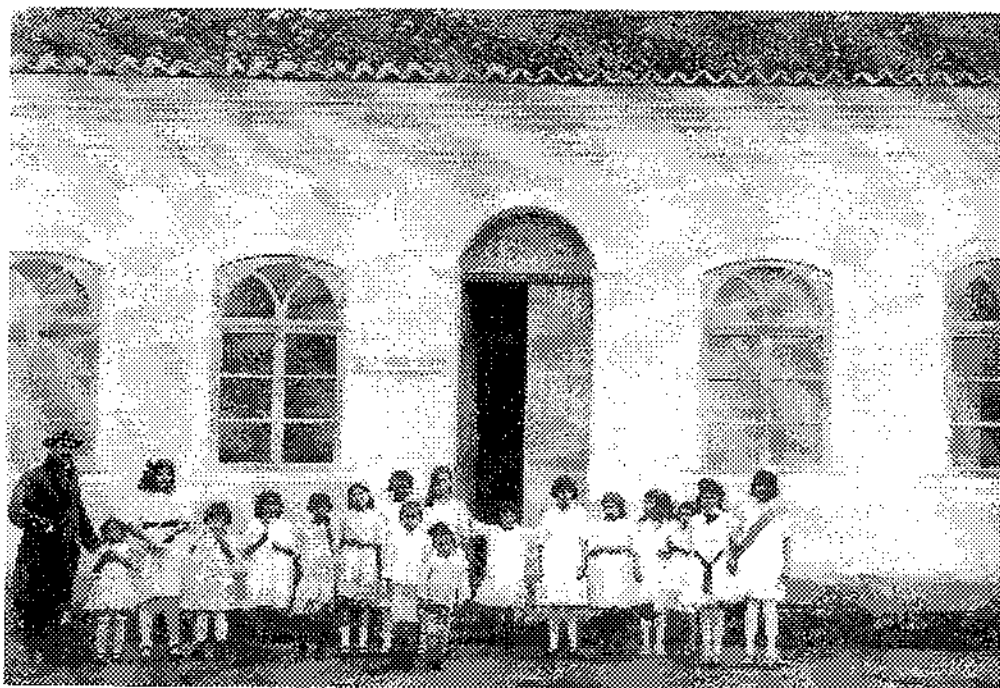
"Ao ingressar na Escola, nas Primeiras Letras, o aluno iniciava o aprendizado da leitura e da escrita. Paulatinamente o professor ensinava noções de gramática da língua nacional, noções de geometria prática, princípios de moral Cristã e Doutrina da Religião do Estado. Ao Ensino Masculino ainda

constavam Teoria e Prática da Aritmética, até Proporções e Noções Gerais de Geometria. Entretanto, para as Meninas, o Ensino era mais restrito, uma herança da sociedade patriarcal, sendo reduzidas às noções de Geometria e limitada a Aritmética às quatro operações fundamentais, incluindo-se as atividades manuais denominadas Prendas: Coser, Marcar, Bordar e fazer Crivos.

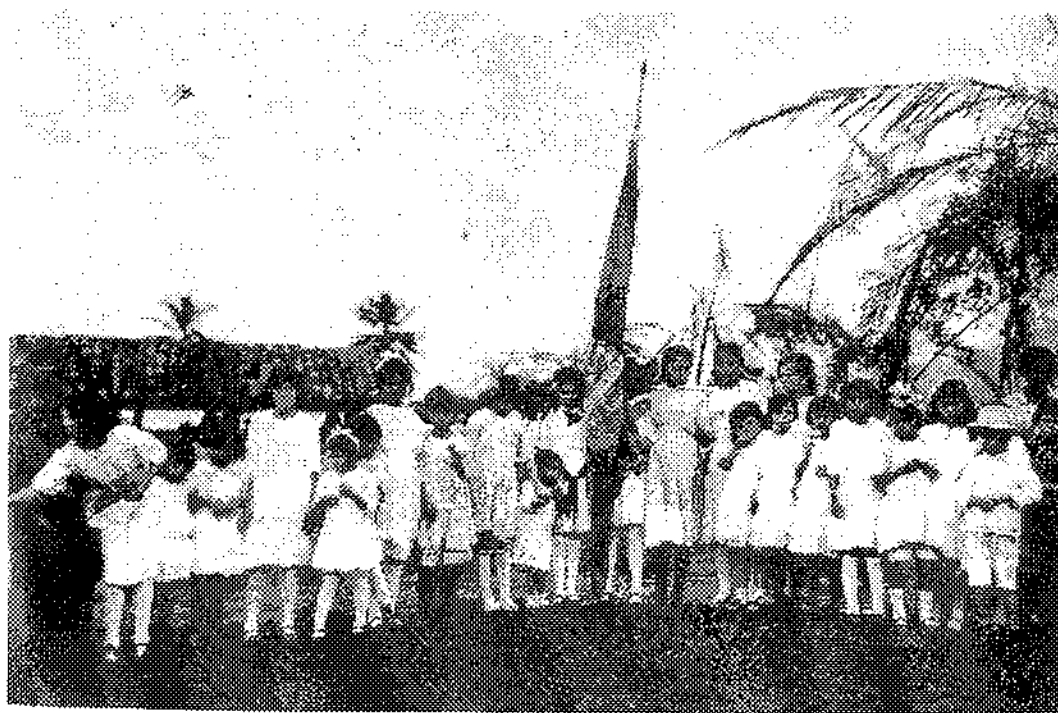
Nas Segundas Letras, o aluno dava continuidade ao aprendizado. As matérias destinadas à formação masculina seriam mais aprofundadas e acrescidas de noções gerais de História, Geografia, especialmente do Brasil, noções de Ciência Física aplicadas à vida. E para o sexo feminino, adicionavam-se noções gerais de História, Geografia e Música, elementos considerados essenciais para a formação das meninas, futuras donas de casa” (ibidem: 191/192).

Em 1891, na Vila de Ubatuba, a mais avançada da época, existiam 15 escolas públicas de primeiras letras, sendo apenas duas para o sexo feminino e estavam instaladas, na sua maioria, no centro, dificultando o acesso do povo morador da área rural.

De acordo com Manuel (1996), em 1919 o presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, em comemoração aos 60 anos das atividades das Irmãs de São José de Chamberry, fez uma peregrinação visitando as escolas femininas do Estado que trabalhavam de acordo com os preceitos dessa congregação. Dentre os locais visitados por ele estavam as cidades do litoral norte, como Caraguatatuba, onde foi recebido pelas alunas, conforme mostram as fotos da época.



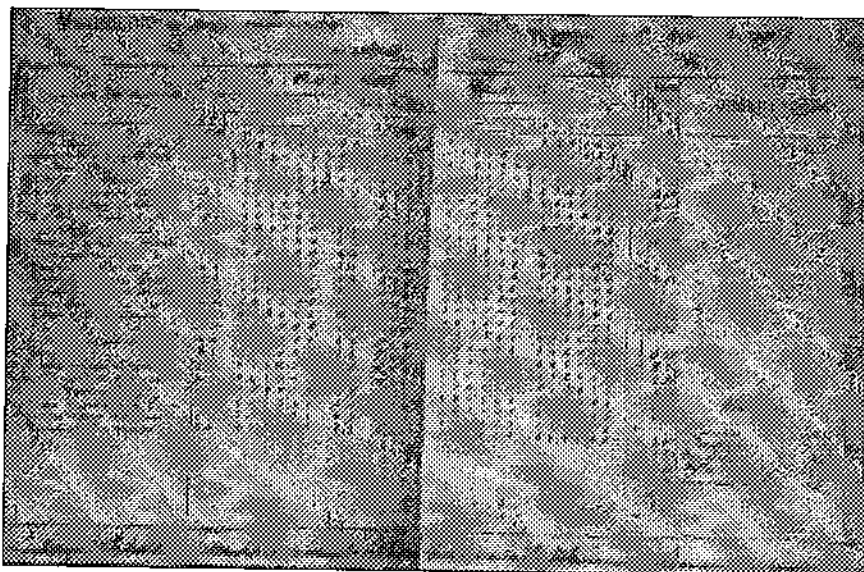
Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo junto das alunas na entrada do prédio da escola, em 1919. (APMC)



As alunas da escola recepcionando o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, em 1919. (APMC)

Presciliana foi uma mulher pública notável da cidade, por ter sido a professora mais renomada do local. Nasceu em 1854, na Villa de Caraguatatuba. Mesmo não havendo documentos que digam exatamente qual foi a época de seu exercício como

docente, ela deixou registrados em um dos Livros de Movimento da Primeira Escola Intermédia de Memninas da Villa de Caraguatatuba, datado de 1895 a 1898, os dados da escola.



Livro de Movimento da Primeira Escola Intermédia de Memninas da Villa de Caraguatatuba, folhas de abril de 1896. (APMC)

O acesso à escola era difícil, por falta de condução, e piorava em época de chuvas, quando as aulas chegavam a ser suspensas. Isso também acontecia quando havia algum tipo de epidemia. Mesmo com essas dificuldades, a frequência era boa e o índice de reprovação era baixo.

A professora deixou registrado que era de sua responsabilidade abrir e fechar a escola. Em não podendo, as aulas eram suspensas.

Em 29 de março de 1927 ela faleceu, nesse mesmo município.

Hoje, uma rua da região central da cidade tem seu nome.

Antes de Presciliana houve outra mulher notável na educação em Caraguatatuba: Rita Dionísia de Lima Ribeiro. O único registro localizado sobre a sua vida mostra que lecionou na cidade em 1861, quando foi redigido um apelo popular de pais de alunos pedindo pela sua permanência, por ocasião de seu pedido de remoção. Esse documento mostra a preocupação do povo com a educação pública, numa visão filosófica positivista por destacar o valor da educação como ponto fundamental para a formação integral dos jovens, tal como circulava na época.

Por força desse apelo, Dionízia escreveu ao Inspetor Geral de Instrução Pública de São Paulo – Dr. Diogo de Mendonça Pinto – desistindo da remoção. Não foram encontrados registros do período exato que ela lecionou.

2. A ESCOLA PÚBLICA DE MEMNINAS DE CARAGUATATUBA

DOCUMENTOS EXISTENTES

- a) 2 livros de movimento da escola intermedia ;
(um de 1895 a 1898 e outro de 1899 a agosto de 1900)
- b) Depoimentos orais de antigos moradores;
- c) 2 fotos:
(das alunas recepcionando Altino Arantes em visita à cidade em 1919)

a) Livros de Movimento

No primeiro livro quem fez a abertura a assinou todas as páginas, de janeiro de 1895 até dezembro de 1898, foi o inspetor Sebastião Ferreira da Sant'Anna.

O texto de abertura era o seguinte:

" Contém este livro quarenta e nove folhas por mim numeradas e rubricadas de conformidade com o termo de abertura.

Inspectoria do 4º Districto Litterario em São Sebastião, 27 de março de 1895.

O Inspector

Sebastião Ferreira de Sant'Anna "

O cabeçalho de todas as páginas é o seguinte:

" Pertencente ao Districto Durante o Mez de de 189..... "

A listagem com o nome das alunas era preenchido mês a mês, sendo que os nomes figuravam em ordem de matrícula. Cada duas folhas atendiam um mês, com as linhas de grade para o dia do mês tendo suas colunas numeradas de 1 a 31. A professora marcava com a letra *C* os comparecimentos e com a letra *F*, as faltas.

Existem as colunas com os dias do mês e da *Somma*, onde a professora marcava, na primeira subcoluna, o número de faltas e na segunda subcoluna eram somados o número de comparecimentos. Há a coluna pautada para as anotações que, diferente de hoje, não servia para registrar os conteúdos de aula, mas, as ocorrências, como: alunas eliminadas, dias em que não aconteciam o exercício da aula e o motivo disso, dentre outros assuntos. (verificar o design das folhas do livro no anexo I).

Observando o movimento das alunas, percebe-se que a demanda era oscilante. Durante o ano todo, as alunas entravam, saíam ou eram eliminadas.

Outras informações também puderam ser levantadas. No período dos registros (1985-1900), haviam aulas aos sábados. O Feriado (atual recesso escolar) sempre ocorreu de 20 a 30 de junho. Já o início do ano oscilava entre dezembro e janeiro e o encerramento também variava entre novembro e dezembro.

Somente aos domingos não haviam aulas, pois era o dia da missa, de acordo com o registro que as professoras faziam em suas observações.

Assim, verificando a relação entre os dias de aula e os dias de folga, em média haviam 300 dias letivos, porém, não há registro do tempo de duração de cada aula (período integral ou parcial)

O segundo livro foi aberto pelo intendente Antônio Soares Leite, com o seguinte texto:

" Servirá este livro para o movimento diário da primeira escola provisória do sexo feminino desta Villa de Caraguatatuba, e vai por mim numerado e rubricado em todas as folhas com a rubrica de que uso.

Intendência Municipal da Villa de Caraguatatuba, 24 de janeiro de 1899.

Antônio Soares Leite - Intendente"

Os registros de aulas se encerraram no dia 14/08/1900, sem que a professora que o iniciou se identificasse.

O termo de encerramento é semelhante no primeiro e segundos livros, mudando apenas os inspetores que os assinaram:

" Servirá este livro para o movimento diário da 1ª escola intermedia da Villa de Caraguatatuba o qual vai por mim numerado e rubricado em todas suas folhas com a rubrica..... de que uso.

Inspetoria do 4º districto Litterário em S. Sebastião, 27 de março de 1895.

O Inspector.

Sebastião Ferreira de Sant'Anna.(1º livro)

e

Antonio Soares Leite. (2º livro)."

O movimento das alunas ficou assim registrado:

Ano	Mês	N.º alunas	Eliminadas			7 a 12 "annos"	12 a 16 "annos"	De 6 "annos"
			faltas	pedido pais	idade			
1895	Jan.	16						
	fev.	25						
	Março	29						
	Abril	30	1					
	Maio	32						
	junho	32						
	Julho	32	2	1				
	Agosto	32						
	Setembro	32	2					
	Outubro	30						
	Novembro	30						
	Dezembro							
1896	Jan.	17			2			
	Fev.	24	6					
	Março	27		1				
	Abril	26		1				
	Maio	25						
	Junho	25		3				
	Julho	25						
	Agosto	27		2				
	Setembro	26		1				
	Outubro	26		1				
	Novembro	26		1				
	Dezembro	15						

Ano	Mês	N.º alunas	Eliminadas			7 a 12 "annos"	12 a 16 "annos"	De 6 "annos"
			faltas	pedido pais	idade			
1897	Jan.	27						
	Fev.	30	2	1				
	Março	29						
	Abril	30	1			26	2	2
	Maio	30				26	2	2
	Junho	31	2			27	2	2
	Julho	29				25	2	2
	Agosto	30		4		26	2	2
	Setembro	28				25	1	2
	Outubro	28				25	1	2
	Novembro	28		3		25	1	2
	Dezembro	14				11	1	2
1898	Jan.	21						
	Fev.	26	3	1				
	Março	25	1	2				
	Abril	29		1				
	Maio	28						
	Junho	28						
	Julho	29						
	Agosto	29	2					
	Setembro	29	1					
	Outubro	29						
	Novembro	30						
	Dezembro	30	2		1			

Ano	Mês	N.º alunas	Eliminadas			7 a 12 "annos"	12 a 16 "annos"	De 6 "annos"
			faltas	pedido pais	idade			
1899	Janeiro	21						
	Fev.	27						
	Março	27	4					
	Abril	28						
	Maio	28						
	Junho	28						
	Julho	28						
	Agosto	29						
	Setembro	31	2					
	Outubro	30						
	Novembro	30						
	Dezembro	30						
1900	Janeiro	23						
	Fevereiro	25						
	Março	26						
	Abril	26						
	Maio	26						
	Junho	26						
	Julho	26						
	Agosto	26						

Ainda verificando o livro de movimento da escola, vê-se que ficou registrado que do mês de janeiro de 1895 ao mês de março de 1897 era Presciliana de Castilho Leite a “Professora Pública Intermedia da primeira escola provisória do sexo feminino”. Em abril de 1897 assumiu Maria da Conceição Alves, como professora substituta. No mês de abril de 1898 passa a professora interina. Já em janeiro de 1900, seu cargo torna-se o de professora municipal. Em março deste mesmo ano volta a ser professora provisória e em junho, professora interina novamente.

Os anos letivos aconteceram dessa forma:

Ano	Início	Feriado	término
1895	21/01	20-30/06	19/11
1896	21/01	20-30/06	27/11
1897	26/12/1896	20-30/06	01/12
1898	31/12/1897	20-30/06	24/12
1899	26/01	20-30/06	23/12
1900	26/01	20-30/06	-

b) *Depoimentos:*

(*Verificar anexo II*)

Através dos depoimentos, orais ou escritos, de antigos moradores da cidade, pode-se reconstruir e costurar várias problemáticas acerca do como foi a existência da Escola Pública de Meninas de Caraguatatuba.

Poucas das pessoas que viveram na cidade quando a escola funcionava ainda encontram-se vivas. Mesmo assim, menor ainda é o número daquelas que ainda possuem lucidez suficiente para dar um depoimento confiável, visto o avançado da idade.

Assim, vali-me dos depoimentos que o APMC coletou há alguns anos com esses moradores, mas que não falam diretamente desta ou de qualquer outra escola da cidade.

Desde que iniciei a minha pesquisa, em janeiro de 2003, tento uma entrevista com um dos únicos moradores antigos de Caraguá que tiveram contato com escola, e que ainda é vivo e lúcido, mas, pela debilidade provocada pela idade avançada, em todas as vezes que estive na cidade, ele estava internado em São José dos Campos para cuidar de sua saúde.

Pretendo, para dar andamento nesta pesquisa, aguardar o reestabelecimento do Senhor Leopoldo Louzada e entrevistá-lo, assim que sua saúde permitir, com perguntas mais direcionadas à escola de meninas de Caraguatatuba.

O Senhor Leopoldo Ferreira Louzada, na primeira entrevista que concedeu à FUNDACC para a reconstrução da história de Caraguá, em 1998, localizou escolas antigas, dentre elas, a escola das meninas:

... "EM 1912 MAIS OU MENOS, EU E MEU PAI IA 'LINHAR' PARA VENDER EM UMA PADARIA QUE EXISTIA NA AVENIDA DA PRAIA, ONDE É HOJE O PRAIA HOTEL, ESSA PADARIA TINHA COMO PROPRIETÁRIO O SR. JOÃO CARLOS.

ONDE É HOJE A CASA DA FAMÍLIA SATURNINO, DO LADO DA IGREJA MATRIZ, É ONDE FUNCIONAVA A ESCOLA, ONDE TÍNHAMOS COMO PROFESSOR O SR. LINDOLFO EXCELENTE PROFESSOR POR SINAL. ONDE TEM HOJE A QUITANDA DA TEREZINHA TINHA UMA SALA DE AULA ONDE LECIONAVA O PROFESSOR GALDINO.

ONDE HOJE É O HOTEL BINOCA, FUNCIONAVA A ESCOLA DAS MENINAS."...

Na Segunda vez em que Luzia, a historiadora do APMC - FUNDACC entrevistou o Sr. Leopoldo, agora em 2000, fez questões mais relacionadas às escolas da cidade, inclusive à Escola de Memninas:

...**"LEOPOLDO:** E A ESCOLA DAS 'MENINA' ERA LÁ ONDE ERA O HOTEL BINOCA, LÁ ERA A CASA DO SEU ZEZINHO PASSOS.

LUZIA: ENTÃO ERA SEPARADO A ESCOLA DOS MENINOS DAS MENINAS?

LEOPOLDO: NAQUELE TEMPO O RESPEITO ERA MUITO, A ESCOLA DAS 'MENINA' ERA LÁ PORQUE AS 'MENINA' COM OS 'MENINO' NÃO PODIA ESTÁ ESTUDANDO JUNTO, NÃO EXISTIA FALTA DE EDUCAÇÃO NAQUELE TEMPO NÃO, PODIA 'ESTUDÁ' JUNTO MAIS NÃO ESTUDAVA POR CAUSA DO RESPEITO QUE ERA BASTANTE. ENTÃO A ESCOLA DAS MENINA ERA LÁ E A NOSSA ESCOLA ERA 'PRA' CÁ, 'PRÁ' BAIXO.

(...)

LUZIA: O SENHOR CHEGOU A CONHECER A DONA PRESCILIANA QUE FOI PROFESSORA?

LEOPOLDO: DONA PRESCILIANA, MADRINHA DE MINHA MÃE, EU GOSTAVA MUITO DELA.

LUZIA: O SENHOR FOI ALUNO DELA?

LEOPOLDO: NÃO FUI ALUNO DELA, A DONA PRESCILIANA DE CASTILHO, ELA ERA SERVENTE DA IGREJA SANTO ANTÔNIO, NAQUELE TEMPO ELA QUE LIMPAVA A IGREJA, QUE TRATAVA A IGREJA

LUZIA: ISSO DEPOIS QUE ELA FOI PROFESSORA?

UNICAMP - RE. TEREZINHA

LEOPOLDO: SÓ SE ELA FOI PROFESSORA ANTES DE EU 'NASCE', PORQUE DEPOIS QUE EU NASCI EU NÃO CONHECI ELA COMO PROFESSORA, CONHECI COMO ZELADORA DA IGREJA. "...

Com certeza o Senhor Louzada não teve conhecimento da atuação de Dona Presciliana como professora, pois, nos livros de movimento da Escola de Memninas, constam seus registros dentro do período que vai de 1895 à 1897 e ele nasceu em 1904.

A entrevista realizada com Virgínia Carlota Alves demonstra claramente o apontamento de que *"as escolas primárias régias deveriam propiciar um ensino diferenciado para as meninas, em classes separadas e contando com professoras do mesmo sexo"* (LOPES,1997:24).

... "ENTREV.: TIA VIRGÍNIA CONTA PARA GENTE. COMO ERA A ESCOLA AQUI, A PRIMEIRA ESCOLA QUE TEVE AQUI FOI AQUI MESMO NO MASSAGUAÇU?

VIRGÍNIA: FOI

ENTREV.: E AONDE QUE FOI A ESCOLA?

VIRGÍNIA: NO 'TABACARIA', ALI FOI A 1ª ESCOLA.

ENTREV.: A SENHORA ESTUDOU ALI?

VIRGÍNIA: EU NUNCA ESTUDEI, PORQUE O 'PROFESSÔ' NAQUELE TEMPO, NÃO ERA QUE NEM AGORA QUE ERA TUDO JUNTO, ERA 'PROFESSÔ', ENTÃO NÓS NÃO ESTUDAVA.

ENTREV.: SÓ OS MENINOS ESTUDAVAM?

VIRGÍNIA: É OS MENINO, MEUS IRMÃO ESTUDARAM NA MOCOCA.

(...)

ENTREV.: E AS MENINAS NÃO PODIAM IR?

VIRGÍNIA: AS 'MENINA' NÃO PODIA IR PORQUE OS PAIS NÃO DEIXAVA, ERA LONGE, NAQUELE TEMPO NÃO ERA QUE NEM AGORA QUE TUDO AS MENINAS FAZ E FOI POR CAUSA QUE NÓS NÃO ESTUDEMOS, EU E MINHAS 'IRMÃ' NÃO 'FOMO' NA ESCOLA.

(...)

Também foi entrevistada Maria de Suzana da Cruz, neta de Presciliana de Castilho Leite, que hoje é freira no Convento de São José dos Campos e que foi professora na escola pública feminina de Caraguatatuba. Presciliana teve um filho

adotivo e aquela que viria a ser sua nora, foi sua aluna, a mãe de Suzana. Assim, a entrevista foi relativa mais à pessoa do que à educadora Presciliana:

(...)

“LUZIA: ELA NASCEU EM SÃO SEBASTIÃO, ENTÃO ELA FOI PARA CARAGUÁ MUITO CRIANÇA AINDA?

SUZANA: ACHO QUE ELA FOI PROFESSORA NOMEADA.

LUZIA: ENTÃO ELA FOI DAR AULA EM CARAGUÁ?

SUZANA: COM CERTEZA, COM CERTEZA ELE FOI NOMEADA PARA CARAGUÁ. EM CARAGUÁ ELA LECIONOU MUITOS ANOS E SE CASOU.

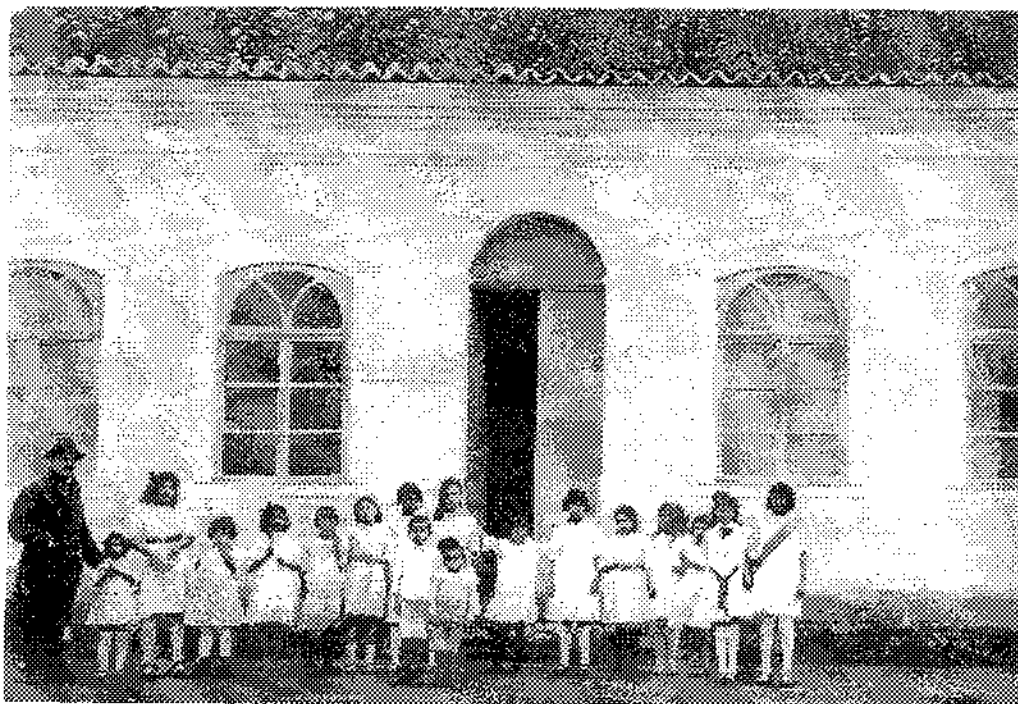
(...)

SUZANA: TODO MUNDO IA LÁ EM CASA, LÁ ERA HOSPITAL, ERA DE TUDO, ELA DAVA REMÉDIO HOMEOPÁTICO, ELA TINHA TUDO, FOI PROFESSORA, NAQUELE TEMPO CARAGUÁ NÃO TINHA NADA, NEM ONDE ESTUDAR.

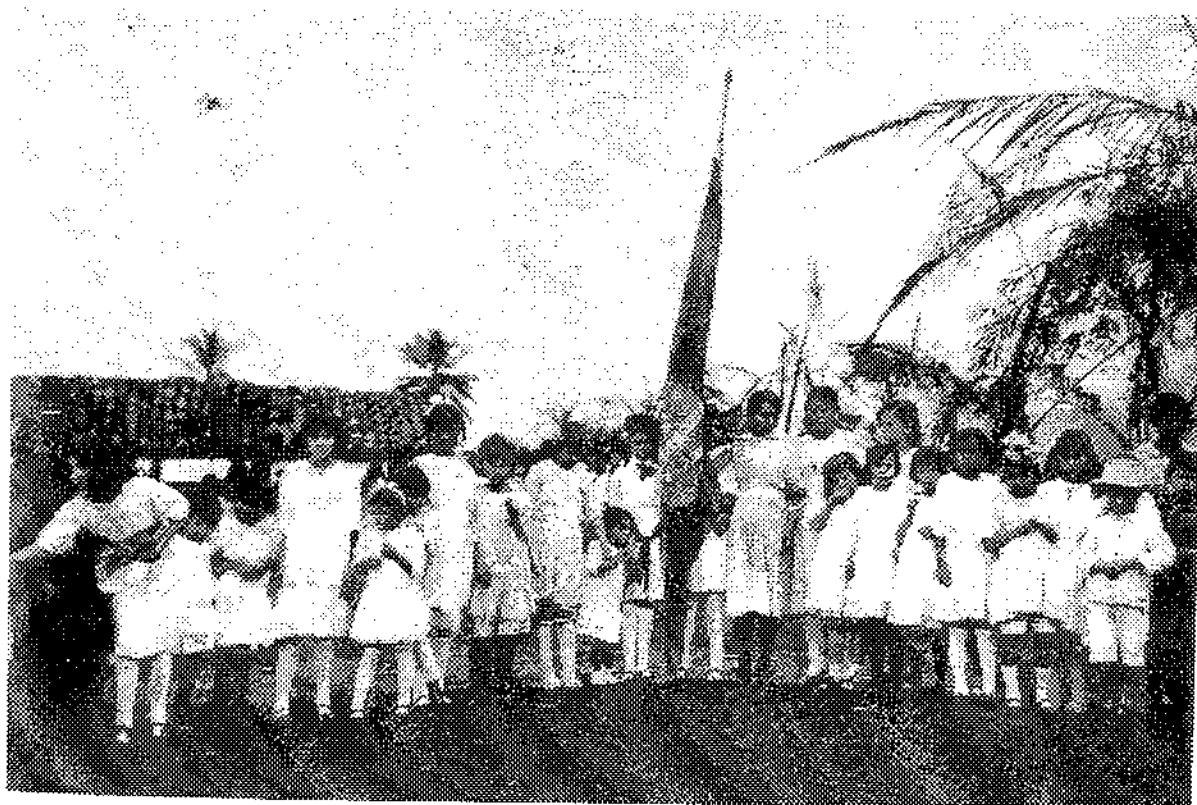
LUZIA: A SENHORA SABE QUANDO ELA PAROU DE DAR AULA?

SUZANA: NÃO, NÃO SEI.”

A. FOTOS



*As alunas da escola recepcionando o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, em 1919.
(APMC)*



Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo junto das alunas na entrada do prédio da escola, em 1919. (APMC)

Depois de encontrar e analisar esses documentos e fazer o cruzamento dos resultados encontrados com os referenciais teóricos estudados, ficaram evidenciados os motivos que levaram o município criar e depois extinguir a escola publica feminina, ou seja, Caraguatatuba estava (está) inserida dentro do contexto histórico global e por isso apresenta as mesmas relações de poder que o capitalismo criou no resto do mundo.

CONCLUSÃO

Não pretendo, aqui, fazer uma conclusão típica dos trabalhos acadêmicos. Quero apenas apontar para algumas considerações que são pertinentes ao tema e aos objetivos propostos.

A criação das escolas públicas femininas entre os séculos XIX e XX ocorreram para atender a classe popular, sem nenhum tipo de influência? Não. Com esse estudo, a influência da religião católica sobre a criação destas escolas ficou muito bem evidenciada, principalmente quando analisamos os Livros de Movimento da Escola Pública de 'Memninas' de Caraguatatuba, onde registrou-se que apenas aos domingos as meninas não tinham aula, porque era o dia da missa. Nos dias santos, as alunas pediam o cancelamento das aulas para poderem ir à missa.

Também, ao tomar-se conhecimento de que o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, visitou as escolas que funcionavam com os pressupostos da Congregação das Irmãs de São José de Chambery no ano de 1919, para comemorar os 60 anos de atividades delas no estado e no país, visita essa atestada pelas fotos anexadas ao trabalho, depois, pode-se deduzir que a escola de Caraguatatuba funcionava dentro dos parâmetros que a Congregação disponibilizava.

E quanto à população que a freqüentava? De acordo com os depoimentos orais de antigos moradores de Caraguatatuba, não eram as meninas pobres que iam para a escola, mas sim as meninas de famílias importantes e que moravam na área central da cidade, pois, havia uma enorme dificuldade de locomoção, impedindo que as meninas da periferia fossem à escola. Outro motivo do afastamento das meninas pobres era mesmo o de caráter financeiro. Elas tinham que trabalhar na roça, não tendo tempo para estudar. Quando o tinham, faltavam-lhes as condições materiais, não só financeiras, mas de vestimenta, de material didático, dentre outros.

Qual era o caráter do ensino administrado naquela escola? Pensava-se em educação, instrução ou em ambas? Tal como vinha acontecendo desde a Colônia, o ensino feminino visava a educação e não a instrução, porque os estudos para a mulher eram entendidos como assunto de serventia doméstica para a manutenção da classe social dominante e a expansão religiosa. Pensava-se que a mulher não deveria instruir-se, pois os assuntos da vida pública, diziam respeito aos homens.

Qual o resultado que essa visão utilitarista sobre o ensino feminino deixou? Com o tempo o ato de ensinar passou a ser associado à maternidade, ao “dom divino” que a

mulher supostamente possui para cuidar, e também porque nos conventos as freiras já vinham sendo ensinadas há muito tempo para administrarem os negócios da Igreja, somado ao fato de que as meninas não poderiam ter aulas com homens, inicialmente, na Europa e depois nos outros países, mulheres começaram a dar aulas. As primeiras alunas tiveram aulas com as freiras e posteriormente, elas mesmas se tornaram professoras.

Assim, o magistério figurou como a primeira profissão para a mulher, sendo que foi ele que começou a tirá-la do obscurantismo em que viveu em todo o curso da história, fazendo com que a sociedade percebesse a notabilidade feminina, como temos no exemplo de Rita Dionísia de Lima Ribeiro e Prescília de Castilho Leite: ambas foram professoras em Caraguatatuba e esta colocação trouxe-lhes prestígio.

Com a chegada de novas idéias e propostas para a educação e como primeiros resultados dos movimentos de mulheres e feminista pela superação da dicotomia social entre os sexos, os sistemas educacionais, na Europa, depois nos outros países entre eles o Brasil, fundou-se o modelo de escola única, reunindo os alunos das escolas masculinas e femininas numa só.

Desse modo, deixo a possibilidade para outras questões sobre a educação pública feminina de Caraguatatuba ou de outra cidade brasileira para cumprir o intuito de contribuir para a reconstituição da história da educação no Brasil e não deixar que nenhum movimento retroceda às conquistas adquiridas.

IV. BIBLIOGRAFIA

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem? Rio de Janeiro -Século XIX**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1988.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz. **Santo Antônio de Caraguatatuba: Memórias e Tradições de um Povo**. Caraguatatuba, Fundaac, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **Uma Introdução à História**. São Paulo, Brasiliense, 1984. 126p.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

DALAROSA, Adair. **Anotações à questão: para que estudar história da educação?** In: LOMBARDI, J.C. Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas,HISTEDBR, 2000.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Brasília: INEP, 1989

GODOY, Arilda Schimidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, Mai. / Jun. 1995.

GÓES, Moacir de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 4ª ed., 1987. pp 8-2

HAHNER, June E. **Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura - Um Conceito Antropológico**. 9.ed. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1993.1 16p.

LOPES, Silvana Fernandes. **A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX: um exame de “modelos” veiculados pela literatura de ficção** / Silvana Fernandes Lopes. — Campinas, SP : [sn.], 1997. Orientador: Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. Pág. 443-481. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, 4ed: Contexto, 2001.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000. (série Trilhas)

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação Pública**. Companhia Editora Nacional, Sp, 1959.

MANACORDA, MÁRIO ALIGHIERO. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 4.ed. São Paulo, Cortez, 1995

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. — São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. — (Prismas)

MARCONI, M. A & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1985.

MARX, Karl. **Capítulo XXIV: A chamada acumulação primitiva**. In: O Capital: Crítica da Economia Política — Livro 1, Volume 2. p. 828-882.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política — Livro 1, Volume 1**. São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.).

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro/São Paulo : DIFEL, 1978.

NOVAIS, Fernando A. **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em Perspectiva**. 7ed. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1976, p.47-63.

Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Martha Hübner D'. **Ciência e Pesquisa em Psicologia: Uma Introdução**. São Paulo, EPU, 1984. (Coleção Temas Básicos de Psicologia; v.3).

PATTO, M. H. **A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada**. Ciclo Básico — CENP, São Paulo, 1990, p.50-61.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, 4ed: Contexto, 2001.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A Educação da Mulher no Brasil-Colônia**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

RIBEIRO, M. L. R. A. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 15 cd. Campinas: Autores Associados, 1998, p.1-28.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **Ensino Normal em São Paulo (1846-1963): Inventário de fontes**. Campinas, SP: Graf. Central/ Unicamp, 1999. (série fontes;v.2).

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP : Autores Associados, 1997.

TELLES, L. F.. **Mulher, Mulheres**. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, 4ed: contexto, 2001, p 672

VALADARES, Peggy Sharpe. **Estudo Introdutório e Notas**. In: FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Brasília: INEP, 1989

WARDE, M. J.. **Questões Teóricas e de Método: A História da Educação nos Marcos de uma História das Disciplinas**. In: SAVIANI, D. et alii (orgs.), **História da Educação : o Debate Teórico — Metodológico Atual**. Campinas : Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

WITTER, G. P. **Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informações**. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 7 (1), p.5-30, jan-abr, 1990.

XAVIER, M.E., RIBEIRO, M.L. e NORONHA, O. M.. **História da Educação: a Escola no Brasil**. São Paulo, FTD, 1994.

ANEXO I

ANEXO II

Entrevistas:

1- Sr. Francisco D'Onofrio

Entrevistado em 15/12/1980.

Por José Romeiro (Centro Cultural do Litoral Norte).

Nascido em Sertãozinho - SP, em 1895, foi para Caraguatatuba em 1939.

Sobre as escolas ele disse:

"ROMEIRO: ESCOLA, AQUI EM CARAGUATATUBA?

SENHOR FRANCISCO: ESCOLA, A PRIMEIRA QUE HOVE, DO MEU CONHECIMENTO, FOI ONDE É A LOJA DO FALECIDO PESCADOR, DO LADO DA ESQUINA DA MATRIZ, SATURNINO, QUE HOJE É A LOJA DA FILHA DO SATURNINO, HOVE UMA ESCOLA PÚBLICA, ONDE O PROFESSOR ERA O DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA, ONDE HOJE É A PADARIA CAPRI, TAMBÉM NO FUNDO HOVE UMA ESCOLA, DEPOIS ESSA ESCOLA FOI REMOVIDA PARA O SOBRADINHO ATUAL QUE SERVE DE DEPÓSITO DE MATERIAIS GALVÃO, NA PRAIA.

ROMEIRO: A ESCOLA SITUADA NA PRAIA ERA CHAMADA DE ESCOLAS REUNIDAS, NÃO HAVIA GRUPO ESCOLAR, HAVIA?

SENHOR FRANCISCO: NÃO, HAVIA ESTA ESCOLA PÚBLICA, NÃO ERA GRUPO ESCOLAR, DEPOIS É QUE CONSTRUIU O ATUAL GRUPO ESCOLAR.

ROMEIRO: SEU ONÓFRIO, O TERRENO ONDE ESTÁ A ESCOLA PROFESSORA ADALY COELHO PASSOS, NA PRAÇA CÂNDIDO MOTA, AQUELA GRANDE ESCOLA? DE QUEM ERA O TERRENO?

SENHOR FRANCISCO: NÃO SEI DIZER, NUNCA ME INTERESSEI PARA SABER DE QUEM ERA."

2- Dona Binoca

Entrevistada em 08/04/1981

Por José Romeiro (Centro Cultural do Litoral Norte).

Nascida em Caraguatatuba, era caixara da Boa Seca e dona do Hotel Binoca.

Em sua entrevista ela contou como o "Grupo Escolar" conseguiu o terreno para ser construído:

"O TERRENO ATUALMENTE OCUPADO PELO GRUPO ESCOLAR, POSTO DE SAÚDE E TAMBÉM A ÁREA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA PREFEITURA,

A QUAL NÃO FOI CONSTRUÍDA NO LUGAR. TODA ESSA GRANDE ÁREA, DO CENTRO DA CIDADE, FOI DADA A CIDADE PELO SENHOR EGÍDIO FRANCISCO PASSOS, PAI DE MEU MARIDO. FRANCISCO EGÍDIO PASSOS, ABRIU O PRIMEIRO IOTEAMENTO DA VILA MATILDE, ABRANGENDO A ÁREA LNDIAÍ ATÉ A FAZENDA DOS INGLESES."

3- Ivam Ferreira Fonseca

Depoimento dado em 30/06/1998

Natural de São Paulo, residente em Caraguá desde a década de 50 do século XX, disse:

"O DOUTOR DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA FOI UMA PESSOA MUITO IMPORTANTE PARA CARAGUATATUBA, INCLUSIVE, ELE E A ESPOSA DERAM AULA AQUI, FORAM PROFESSORES, DE PESSOAS AMIGAS MINHAS QUE JÁ MORRERAM. É ELE QUE CRIOU O GINÁSIO DE CARAGUATATUBA, PORQUE SENÃO A CRIANÇA AQUI...NÃO TERIA NINGUÉM. UMA PESSOA DE GRANDE... DE CHEGAR E TIRAR O CHAPÊU, UMA PESSOA MUITO IMPORTANTE!

(O NOME DO PRIMEIRO GINÁSIO:) THOMAS SILVEIRA DE LIMA!

DEPOIS VEIO A ESCOLA NORMAL...

(REUNIDAS?) [IVAM: REUNIDAS FOI POSTERIOR...]

ESCOLA REUNIDAS... AQUI TINHA O GRUPO ESCOLAR DE THOMAS, DEPOIS CONSTRUÍRAM ESSE DA PRAÇA. ERA SÓ O GRUPO ESCOLAR... QUEM CONSTRUIU O GINÁSIO FOI DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA, QUE CONSTRUIU AQUI."

4- Sr. Leopoldo Ferreira Louzada

Entrevistado em 1998

Por Luzia Rodrigues de Toledo Prado (FUNDACC)

Nascido em 07/05/1904 - (ainda vivo - out./2003)

Nesta primeira entrevista sobre a história de Caraguá, ele localizou escolas antigas, dentre elas, a escola das meninas:

"EM 1912 +OU-, EU E MEU PAI IA LINHAR PARA VENDER EM UMA PADARIA QUE EXISTIA NA AVENIDA DA PRAIA, ONDE É HOJE O PRAIA HOTEL, ESSA PADARIA TINHA COMO PROPRIETÁRIO O SR. JOÃO CARLOS.

ONDE É HOJE A CASA DA FAMÍLIA SATURNINO, DO LADO DA IGREJA MATRIZ, É ONDE FUNCIONAVA A ESCOLA, ONDE TÍNHAMOS COMO PROFESSOR O SR. LINDOLFO EXCELENTE PROFESSOR POR SINAL. ONDE TEM HOJE A QUITANDA DA TEREZINHA TINHA UMA SALA DE AULA ONDE LECIONAVA O PROFESSOR GALDINO.

ONDE HOJE É O HOTEL BINOCA, FUNCIONAVA A ESCOLA DAS MENINAS."

5- Sr. Leopoldo Ferreira Louzada

Entrevistado em 11/02/2000

Por Luzia Rodrigues de Toledo Prado (FUNDACC)

Na Segunda vez em que Luzia entrevistou o Sr. Leopoldo, ela fez questões mais direcionadas sobre as escolas da cidade:

"LUZIA: O SENHOR CHEGOU A IR NA ESCOLA, SEU LEOPOLDO?"

LEOPOLDO: FUI NA ESCOLA.

LUZIA: QUAL ERA A ESCOLA?

LEOPOLDO: ESCOLA DO PROFESSOR LINDOLFO, A PRIMEIRA ESCOLA QUE EU ASSISTI.

LUZIA: FICAVA ONDE?

LEOPOLDO: FICAVA ALI NA ESQUINA ONDE É O SATURNINO MARIANO, A NOSSA ESCOLA ERA BEM ALI NAQUELA ESQUINA.

O PROFESSOR LINDOLFO ERA BRAVO, MAIS ERA UM PROFESSOR QUE ENSINAVA MUITO BEM, ELE ERA BRAVO "PRA" AQUELE ALUNO QUE ERA BRAVO "PRA" ELE.

LUZIA: COMO CHAMAVA A ESCOLA?

LEOPOLDO: A ESCOLA NÃO TINHA NOME NÃO, ERA ESCOLA DO PROFESSOR LINDOLFO.

E TINHA A ESCOLA DO PROFESSOR GALDINO "PRA" CÁ DA QUITANDA DA TERESINHA TINHA UM LAVADOR DE CARRO ALI, AQUELA OUTRA CASA QUE ERA DO SR. ANTÔNIO MARIANO, ALI ERA A ESCOLA DO PROFESSOR GALDINO.

LUZIA: SENHOR ERA PEQUENO NESSA ÉPOCA?

LEOPOLDO: EU "TAVA" COMEÇANDO A ESCOLA. O MEU IRMÃO TAMBÉM IA COMIGO MAIS ELE IA "PRÁ" ESCOLA DO PROFESSOR GALDINO E

EU IA PRA ESCOLA DO PROFESSOR LINDOLFO. E A ESCOLA DAS MENINA ERA LÁ ONDE ERA O HOTEL. BINOCA, LÁ ERA A CASA DO SEU ZEZINHO PASSOS

LUZIA: ENTÃO ERA SEPARADO A ESCOLA DOS MENINOS DAS MENINAS?

LEOPOLDO: NAQUELE TEMPO O RESPEITO ERA MUITO, A ESCOLA DAS MENINA ERA LÁ PORQUE AS MENINA COM OS MENINO NÃO PODIA ESTÁ ESTUDANDO JUNTO, NÃO EXISTIA FALTA DE EDUCAÇÃO NAQUELE TEMPO NÃO, PODIA "ESTUDÁ" JUNTO MAIS NÃO ESTUDAVA POR CAUSA DO RESPEITO QUE ERA BASTANTE. ENTÃO A ESCOLA DAS MENINA ERA LÁ E A NOSSA ESCOLA ERA PRA CÁ, "PRÁ" BAIXO

LUZIA: O SENHOR FEZ ATÉ QUE ANO?

LEOPOLDO: EU FIZ ATÉ NO 3º ANO, SAI NO 30 ANO "PRÁ" "AJUDÁ" MEU PAI "TRABALHÁ" PORQUE EU GOSTAVA MUITO DÁ LAVOURA.

LUZIA: O SENHOR CHEGOU A CONHECER A DONA PRESCILIANA QUE FOI PROFESSORA?

LEOPOLDO: DONA PRESCILIANA, MADRINHA DE MINHA MÃE, EU GOSTAVA MUITO DELA.

LUZIA: O SENHOR FOI ALUNO DELA?

LEOPOLDO: NÃO FUI ALUNO DELA, A DONA PRESCILIANA DE CASTILHO, ELA ERA SERVENTE DA IGREJA SANTO ANTÔNIO, NAQUELE TEMPO ELA QUE LIMPAVA A IGREJA, QUE TRATAVA A IGREJA

LUZIA: ISSO DEPOIS QUE ELA FOI PROFESSORA?

LEOPOLDO: SÓ SE ELA FOI PROFESSORA ANTES DE EU NASCE, PORQUE DEPOIS QUE EU NASCI EU NÃO CONHECI ELA COMO PROFESSORA, CONHECI COMO ZELADORA DA IGREJA.

E ELA TINHA O AFILHADO DELA QUE ERA O BENEDITO VICENTE, QUE TINHA O ARMAZÉM ONDE "NÓIS" SEMPRE COMPRAVA LÁ. ELA CRIOU COMO FILHO, A LOJA DELE ERA NA RUA SANTA CRUZ."

6- Virgínia Carlota Alves

Entrevistado em 29/09/1984 (FUNDACC)

Nascida no Massaguaçu – Caraguatatuba (s/d)

" ENTREV. :ESTAMOS AGORA NA CASA DA SENHORA VIRGÍNIA CARLOTA ALVES, UMA DO SEU ITÊ.

ENTREV.: TIA VIRGÍNIA CONTA PARA GENTE. COMO ERA A ESCOLA AQUI, A PRIMEIRA ESCOLA QUE TEVE AQUI FOI AQUI MESMO NO MASSAGUAÇU?

VIRGÍNIA: FOI

ENTREV.: E AONDE QUE FOI A ESCOLA?

VIRGÍNIA: NO TABACARIA, ALI FOI A 1ª ESCOLA.

ENTREV.: A SENHORA ESTUDOU ALI?

VIRGÍNIA: EU NUNCA ESTUDEI, PORQUE O "PROFESSÔ" NAQUELE TEMPO, NÃO ERA QUE NEM AGORA QUE ERA TUDO JUNTO, ERA PROFESSÔ, ENTÃO NÓS NÃO ESTUDAVA.

ENTREV.: SÓ OS MENINOS ESTUDAVAM?

VIRGÍNIA: É OS MENINO, MEUS IRMÃO ESTUDARAM NA MOCOCA.

ENTREV.: ENTÃO ANTES DAQUI A ESCOLINHA ERA NA MOCOCA?

VIRGÍNIA : É, DESCIA NA TABATINGA E DEPOIS ENTÃO IA PRA MOCOCA.

ENTREV.: ENTÃO PRA IR NA MOCOCA COMO QUE ELES FAZIAM, A SENHORA ME FALOU UMA VEZ SOBRE UM FATO INTERESSANTE, COMO ELES FAZIAM PARA IR PARA LÁ, NÃO TINHA CAMINHO. COMO ELES IAM?

VIRGÍNIA: TINHA UM RIO GRANDE. OS MENINO TIRAVA A "ROPA" E PUNHAM NA CABEÇA E ATRAVESSAVA O OUTRO LADO, VESTIA A "ROPA" E IA PRA ESCOLA.

ENTREV.: E AS MENINAS NÃO PODIAM IR?

VIRGÍNIA: AS MENINA NÃO PODIA IR PORQUE OS PAIS NÃO DEIXAVA, ERA LONGE, NAQUELE TEMPO NÃO ERA QUE NEM AGORA QUE TUDO AS MENINAS FAZ E FOI POR CAUSA QUE NÓS NÃO ESTUDEMOS, EU E MINHAS IRMÃ NÃO "FOMO" NA ESCOLA.

ENTREV.: DONA VIRGÍNIA, A SENHORA NASCEU AQUI RIO MASSAGUAÇU?

VIRGÍNIA: NASCI.

7. Maria de Suzana da Cruz

Nascida em 19/05/1917

Entrevistada por: Luzia R. T. Prado – FUNDACC / APMC em 20/01/2000

Obs.: É neta de Presciliana de Castilho Leite, que foi professora na escola pública feminina de Caraguatatuba.

PRESCILIANA TEVE UM FILHO ADOTIVO E SUA FUTURA NORA FOI SUA ALUNA. (mãe de Suzana)

(...)

LUZIA: ELA NASCEU EM SÃO SEBASTIÃO, ENTÃO ELA FOI PARA CARAGUÁ MUITO CRIANÇA AINDA?

SUZANA: ACHO QUE ELA FOI PROFESSORA NOMEADA.

LUZIA: ENTÃO ELA FOI DAR AULA EM CARAGUÁ?

SUZANA: COM CERTEZA, COM CERTEZA ELE FOI NOMEADA PARA CARAGUÁ. EM CARAGUÁ ELA LECIONOU MUITOS ANOS E SE CASOU.

(...)

SUZANA: TODO MUNDO IA LÁ EM CASA, LÁ ERA HOSPITAL, ERA DE TUDO, ELA DAVA REMÉDIO HOMEOPÁTICO, ELA TINHA TUDO, FOI PROFESSORA, NAQUELE TEMPO CARAGUÁ NÃO TINHA NADA, NEM ONDE ESTUDAR.

LUZIA: A SENHORA SABE QUANDO ELA PAROU DE DAR AULA?

SUZANA: NÃO, NÃO SEI.

